



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Ana Bárbara da Silva Lorga

**A construção da autonomia no estágio em educação infantil e em outros
contextos educativos: percalços e desafios**

Brasília, 2014



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Ana Bárbara da Silva Lorga

A construção da autonomia no estágio em educação infantil e em outros contextos educativos: percalços e desafios

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora Doutora Maria Alexandra Militão Rodrigues, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientação: Professora Doutora Maria Alexandra Militão Rodrigues.

Brasília, 2014.

Lorga, Ana Bárbara da Silva

A construção da autonomia no estágio em educação infantil e em outros contextos educativos: percalços e desafios

Trabalho final de curso (Graduação em Pedagogia)
– Universidade de Brasília, 2014.

Orientadora: Maria Alexandra Militão Rodrigues

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

Ana Bárbara da Silva Lorga

O processo de construção da autonomia no estágio em educação infantil
e em outros contextos educativos: percalços e desafios

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca
Examinadora da Faculdade de Educação da
Universidade de Brasília, sob orientação da
Professora Doutora Maria Alexandra Militão
Rodrigues, como requisito parcial e
insubstituível para a obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Comissão Examinadora

Professora Doutora Maria Alexandra Militão Rodrigues
Orientadora e Examinadora

Professora Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues
Membro Titular da Banca – Universidade de Brasília

Professora Doutora Patrícia Lima Martins Pederiva
Membro Titular da Banca – Universidade de Brasília

Às crianças, que me
ajudaram a perceber o
mundo de outra forma.

SUMÁRIO

Agradecimentos	8
Resumo	9
Apresentação	10
Memorial.....	11
Introdução	18
Objetivos	20
CAPÍTULO 1 – AUTONOMIA: UM CONCEITO COMPLEXO	21
1.1 - O que é autonomia?	21
CAPÍTULO 2 – Educação Infantil: uma construção com autonomia, cuidado e BRINCADEIRA?	26
2.1 – Legislação e documentos norteadores	26
2.2 - Para que a educação infantil?	31
CAPÍTULO 3 – Estágio em nível superior: da legislação às práticas	35
3.1 – Legislação acerca do Estágio	35
3.2 – Expectativas e práticas: o estágio em sala de aula	38
3.3 – Percepções acerca do estagiário.....	40
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	42
4.1 – Revisitando “diários de bordo”	42
4.2 - Contextualização dos estágios	43
• O berçário.....	43
• A instituição bancária	44
• A escola de educação infantil do Estágio Acadêmico obrigatório	45
CAPÍTULO 5 – CONSTRUINDO AUTONOMIA NOS PROCESSOS DE ESTÁGIO: PERCALÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EM OUTROS AMBIENTES EDUCATIVOS	48
5.1- Refletindo sobre a interação dos projetos acadêmicos com os estágios remunerados.....	48
5.2 – Revisitando as experiências de estágio.....	50
5.2.1 – Primeiro estágio: conhecendo um berçário	50
5.2.2 – Segundo estágio: conhecendo uma instituição bancária	55

5.2.3 – Terceiro estágio: conhecendo (e tentando mudar) uma escola tradicional de educação infantil	58
5.3 – Reflexões acerca do projeto "Estágio Obrigatório: Uma proposta educativa visando a autonomia"	60
5.3.1 - Reflexões sobre o início da implementação do projeto	63
5.3.2 – Implementação dos dispositivos pedagógicos.....	65
5.3.3 - Apresentação e comentários de alguns episódios	67
5.3.4- Encaminhamentos	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
PROJETO PROFISSIONAL.....	76
REFERENCIAL Bibliográfico.....	77
ANEXO 1.....	79
ANEXO 2.....	86
ANEXO 3.....	90

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que me deu forças para enfrentar todos os desafios impostos pela vida.

A minha mãe por entender as minhas escolhas, por acreditar nas minhas escolhas.

A meu pai que, mesmo longe, me ajudou a ser a pessoa que hoje sou.

Ao meu namorado, Hugo Nakatani, que me cobrou e me ajudou a ser uma pessoa melhor e mais objetiva.

À Professora Maria Alexandra Militão Rodrigues, pela orientação, pela aprendizagem que me proporcionou e pela paciência.

A Professora Fátima Lucília Vidal Rodrigues, por ter me apresentado o Projeto Práticas Pedagógicas Inovadoras.

À minha amiga Manoella Paiva, pela companhia nas disciplinas e pelo incentivo.

A Daluzia Lourena, pela oportunidade da experiência que me proporcionou outra visão de educação, pelos dias de felicidade que pude viver ao lado daquelas crianças.

Às crianças que passaram pela minha vida e que a deixaram mais agitada e mais feliz.

Agradeço a todas as pessoas que me ajudaram nessa trajetória, que me deram oportunidades de conhecer o universo de Educação e que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho.

Obrigada!

RESUMO

Referência: LORGA, Ana Bárbara da Silva. A construção da autonomia no estágio em educação infantil e em outros contextos educativos: percalços e desafios. 2014. 94 Folhas. Monografia. Pedagogia – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

O presente trabalho aborda a questão da autonomia no estágio em educação infantil e a atuação do estagiário de pedagogia em alguns desses espaços de aprendizagem. É objetivo principal da monografia refletir sobre o processo de construção da autonomia, no papel de estagiária de nível superior, em uma escola de educação infantil e em outros espaços educativos. Como embasamento teórico, o trabalho aponta documentos oficiais norteadores da educação infantil e as perspectivas de estudiosos da área, como Esteban e Pereira. Traz para o enriquecimento das discussões as leis de estágios e uma reflexão teórica sobre a autonomia e o seu papel na educação, com as contribuições de Freire e Pacheco. A metodologia utilizada foi a reflexão com base no diário de bordo elaborado durante a experiências vividas em escolas de educação infantil, no Projeto 3 (fase 1 e 2) e no Projeto 4 (fase 1 e 2) do currículo de Pedagogia, *Práticas Pedagógicas Inovadoras*. As reflexões levaram à compreensão de que estagiário que tem uma visão de educação diferenciada é frequentemente visto como um estorvo aos valores e rotinas estabelecidas. Contudo, os Projetos encorajaram a procurar brechas para poder exercitar a autonomia na condição de estagiária, e a propor e vivenciar dispositivos pedagógicos inovadores em espaços educativos onde a autonomia era anunciada, mas não acontecia de fato.

Palavras chave: educação infantil, autonomia, estágio no ensino superior.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido como trabalho final de conclusão do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e está organizado em três partes: o memorial, a monografia e o projeto profissional.

Na primeira parte do trabalho, o memorial, relato os caminhos percorridos até aqui, e minhas experiências escolares. No meu memorial você pode conhecer mais um pouco sobre mim e entender como cheguei até onde hoje estou, dentro da Universidade, e por que escrevo esse trabalho.

A monografia está dividida em cinco capítulos. O primeiro aborda os diversos conceitos que temos da autonomia, trazendo uma reflexão sobre a complexidade na sua abordagem. O segundo capítulo aborda a educação infantil dentro da legislação e documentos oficiais que a norteiam, assim como a literatura acadêmica que reflete acerca da sua finalidade. O terceiro capítulo abrange a legislação de estágio, expectativas e práticas desenvolvidas, e uma reflexão acerca das percepções de sujeitos na situação de estágio. O quarto capítulo traz a metodologia utilizada na elaboração desse trabalho.

No último capítulo revisito diversas experiências de estágio por mim vivenciadas e reflito sobre a interação dessas experiências com os Projetos Acadêmicos dentro da Universidade de Brasília. Detenho-me mais longamente no estágio realizado em uma escola de educação infantil, apresentando o “Projeto de Estágio Obrigatório: uma proposta educativa visando autonomia” e trago os apontamentos, reflexões e percepções acerca dele. Faço um balanço de como foi recebido e vivenciado esse projeto dentro da escola e por fim seleciono alguns episódios do meu diário de bordo e reflito sobre eles com base nos dispositivos que geram autonomia.

A terceira parte do trabalho traz um breve relato de minhas perspectivas e anseios como profissional da educação.

MEMORIAL

Eu me chamo Ana Bárbara da Silva Lorga, nasci no dia 10 de abril de 1991 em Brasília - DF, meu pai chama Joaquim Ribeiro Lorga, é português, veio para o Brasil com seus pais e desde então vive aqui. Minha mãe é Telma Pereira da Silva, brasileira.

Com cerca de dois anos fui à escola pela primeira vez. Era uma escola particular, eu estava em uma turma onde todas as crianças eram mais velhas que eu, devido à necessidade dos meus pais trabalharem. Dessa época pouco me lembro. A escola se chamava Escola Pato Donald's e ficava na Candangolândia, onde eu morava. Lembro apenas de longas crises de choro devido a problemas como areia no olho, joelho ralado, entre outros. Minha mãe e minha Tia Karina me contaram que eu tinha um amigo, que era mais velho e me protegia das outras crianças. Quem me levava para a escola nesse ano, de bicicleta, no colo dela, era a Tia Karina,.

Aos três anos e já na idade adequada fui estudar no Centro de Ensino Infantil na 114 Sul. No primeiro dia não queria estar lá, mas depois de muito choro acabei cedendo. Ao longo de 3 anos e meio que estive lá, me lembro principalmente das cigarras, dos lanche que fazíamos atrás da sala, das aulas na piscina (eram as minha prediletas), do parquinho de areia e das comemorações como dia das mães, quando vestíamos roupas enormes e cantávamos músicas para as nossas mães. Recordo as festas juninas, a quadrilha, a páscoa e quando quase todos os dias o meu pai era um dos últimos a me buscar. Não que eu achasse ruim, ficava correndo, pulando e brincando pela escola. Um dia essa brincadeira me rendeu um machucado na boca que sangrou muito, tive que levar um copo da escola com gelo para casa. Lembro que as janelas eram baixas e nós podíamos pular, das aulas de supermercado, onde nós trazíamos as embalagens de casa e montávamos um verdadeiro mercado na sala, das aulas de amarrar o tênis (quem não tinha cadarço ganhava um barbante). Nessa fase ficou a lembrança da minha melhor amiga Carol; sempre brincávamos juntas e tínhamos a oportunidade de nos

vermos eventualmente mesmo depois, quando estudávamos em escola diferentes, já no ensino fundamental.

Ao longo do Jardim III minha mãe esperava que eu já estivesse alfabetizada e preocupada decidiu me colocar em uma escola particular, o colégio Salesiano no Núcleo Bandeirante. Na escola a coordenadora falou pra minha mãe que eu estava no mesmo ritmo que a turma e que conseguiria acompanhar, então fiquei lá. No começo foram muitas novidades, a maior delas pra mim foi uma cantina bem no meio da escola, e aquela escola era tão enorme que antes mesmo de entrar eu já estava perdida. Era exatamente ao contrário da minha escola anterior, no parquinho não tinha areia e também não tinham árvores ou cigarras. Ao longo desse ano, além das tarefas da escola, minha mãe comprou uma cartilha para eu poder trabalhar em casa, e quando não conseguia era castigada. Ao final do jardim III, depois de alfabetizada e formada, durante as férias me esqueci do alfabeto.

Na segunda série, ainda no mesmo colégio, peguei catapora e logo em seguida fiquei com uma inflamação sanguínea, devido a isso passei muito tempo sem poder ir para a escola. Fiquei na casa da minha vó Maria Elza, com a minha madrinha Socorro (Tia Inha) que me ajudava nas provas que tinha que fazer em casa. Nessa época a turma estava aprendendo multiplicação e acabei ficando um conteúdo muito vago, o que gerou dificuldades futuras com a matemática.

No começo da terceira série houve a mudança de escola, que dessa vez não foi muito sentida porque eu já conhecia a maioria dos colegas da minha sala, afinal eles também eram da minha antiga escola. O Colégio Passionista era novo na nossa cidade e era mais próximo.

Na quinta série, foi o ano que houve o maior choque, pelo fato das matérias, dos professores, dos livros e dos cadernos terem aumentado. A responsabilidade e a maturidade ficaram na quarta série... Ainda bem que encontramos uma “mãefessora” que nos ajudou a lidar com os outros professores que eram mais rígidos. Nessa série eu já sentia uma enorme afinidade com a matéria matemática. Minha dificuldade sempre foi à história, não via sentido em estudar algo que já tinha acontecido.

Durante os anos em que estudei no Passionista tudo saiu bem, com uma recuperação aqui e outra ali, mas os conteúdos sempre eram entendidos, aprendidos, e depois eu acabei descobrindo que a escola era bem rígida, mas enquanto eu estive ali não sabia. A oitava e última série foi a mais marcante, nossa turma estava junta desde a terceira série, então a união se tornou clara nessa última série. Pelo fato de sermos os mais velhos da escola, de ser o último ano que estudaríamos todos juntos, pois até então a escola não tinha ensino médio, o ano foi marcado por união, pela vitória na gincana da escola, pelos passeios, por amizades, por confiança nos amigos e nos professores, brigas e desculpas, e principalmente para uma preparação e ansiedade imensas para o que tinha por vir.

No primeiro ano do ensino médio, no primeiro dia de aula, me via perdida, tinha acabado de mudar de cidade e estava em uma escola totalmente diferente, no Colégio Maxwell. Não conhecia ninguém, mas na primeira aula de educação física encontrei duas colegas que estavam quase na mesma situação que eu, sozinhas e perdidas. Acabamos ficando amigas. Logo de início achei fácil de acompanhar as aulas e as matérias, sobrava muito tempo nas aulas. E assim quase não levava tarefas para a casa. Enquanto os outros ficavam conversando num espaço de tempo que quase todos os professores davam para dúvidas, eu aproveitava e adiava as tarefas. No segundo ano foi quase a mesma coisa, só que dessa vez eu fiz uma nova amiga, a Marianna. Ela morava no mesmo prédio que eu e estudávamos na mesma sala. Fazíamos os deveres juntas na sala de aula mesmo, e os trabalhos também, e quando não dava pra terminar na escola nos encontrávamos embaixo do prédio pra estudar. Sempre estudávamos juntas. A escola dava muitas chances para que pudéssemos recuperar as notas, ou ganhar nota, não se sabe... A gincana dava um ponto para a equipe vencedora, o que nunca foi o meu caso, mas pelo menos as outras equipes também ganhavam alguns pontos e isso já ajudava. A feira de ciências dava até três pontos. No segundo ano quem avaliaria a feira de ciências seria o professor mais rígido e o trabalho deveria ser feito com a turma toda. Fizemos sobre a Amazônia, quer dizer, transformamos a nossa sala em Amazônia, mas o mais importante seria a apresentação, o nosso professor se importava muito com a oratória,

conseguimos tirar três e toda a turma ficou muito feliz. Passei sem recuperação nos dois anos.

No último ano do ensino médio entrei uma semana depois que as aulas começarem no colégio Notre Dame, mas mesmo assim não me senti deslocada, como quando entrei no Maxwell. A turma toda me acolheu assim que eu cheguei e no segundo dia eu já estava participando do trote que acontece no último ano. A gincana lá era de uma proporção assustadora e o mais estranho era que ninguém ganhava ponto e mesmo quem ficou em segundo lugar não ganhava nada. Para o primeiro lugar o prêmio era um passeio, mas mesmo assim as pessoas já se empenhavam pra ganhar a gincana no primeiro mês de aula, o que me intrigava, mas acabei me deixando levar. Durante o ano tive várias notas baixas e como não tinha recuperação no meio do ano nem tive a chance de tentar me recuperar nas férias. Ao longo do terceiro e do quarto bimestre consegui me recuperar de várias matérias, mas ainda tive que fazer prova de recuperação de história e química. Mesmo morrendo de medo de reprovar consegui passar de ano, e só aí me dei conta que nem tinha tentado prestar o vestibular, e que não tinha nem ideia do que queria.

Logo no começo do ano seguinte minha mãe já estava intrigada com a ideia de eu ficar em casa sem fazer nada, então me matriculou em um cursinho pré-vestibular. No primeiro semestre me dediquei bastante, só que faltando um mês para que acabassem as aulas consegui um emprego. Hoje, se eu tivesse a oportunidade de mudar isso voltaria atrás e não aceitaria, mas na época eu tinha acabado de fazer 18 anos e era um sinal de maturidade e liberdade. Enfim, fui estudar a noite e quase não tinha pique para ficar acordada durante as aulas, já que tinha trabalhado durante o dia inteiro. Tentei o vestibular para Comunicação Social, mas não passei nem perto.

No segundo semestre decidi que escolheria um curso bem fácil afinal aquela seria a última chance que teria de fazer cursinho, então eu teria que passar no vestibular. Optei por Pedagogia, e ao longo do semestre no cursinho decidi curtir com os meus amigos, afinal eu já conhecia a prova, já conhecia as questões, e tinha certeza que tiraria de letra. O semestre foi de muita diversão

e um pouco de estudo no intervalo. No dia da prova marquei somente o que eu tinha certeza, mas com a tristeza de deixar o gabarito quase em branco no segundo dia. No resultado do vestibular fiz questão de estar na primeira fila, mesmo sabendo que levaria ovada, mas o resultado não era o esperado, e como havia passado em outro curso superior no IFB, mesmo sendo algo que eu não gostava, com certeza a minha mãe queria e era a única opção que eu tinha. Matrícula feita, era só esperar as aulas começarem, no mesmo dia que começariam as aulas na UnB.

Em uma tarde de férias em casa, recebo um telefonema de um amigo, o Alexandre, me dizendo que eu tinha passado na UnB e que ele também. Na hora não acreditei, eu sempre sabia todas as datas dos resultados, tive que ir ao computador para confirmar e lá estava eu realmente. Tinha passado na UnB! Na mesma hora fui contar para a minha mãe, ela não gostou muito, pois Pedagogia era curso de quem não tinha futuro. E continuou sem gostar, até hoje, ela só aceita o fato e eu sempre deixo claro que gosto do que faço.

Quando cheguei já gostei do que encontrei aqui na Universidade. Isso mesmo, logo no primeiro dia, gostei daquelas pessoas que me receberam, gostei dos colegas que entraram junto comigo. Com a minha entrada na universidade veio logo a greve. No começo foi tudo ótimo, aproveitei pra viajar com os novos colegas, clube, shopping, visitar as escolas antigas, o cursinho. Eu estava me sentindo de férias, mas quando começaram as aulas houve o choque com a realidade, aquilo que eu pensei que seria só farra virou coisa séria, e também quem escolheu professores tão rígidos para os calouros hein?

Encenquei de cara com uma professora, mas mesmo assim decidi que iria passar na disciplina, mas não foi bem assim que aconteceu. Afinal, nenhuma das ideias da professora batia com as minhas, e tudo o que ela queria era que a turma decorasse as leis e os livros que ela passava, eu nunca tinha lido tantos livros chatos. No segundo semestre, ainda influenciada mais pelas amizades, eu só queria pegar as matérias com os colegas. Acabei saindo totalmente do fluxo, não peguei uma matéria sequer do segundo semestre.

Antes do início do terceiro semestre comecei meu primeiro estágio. Era exatamente o que eu procurava, um estágio na educação infantil em um

berçário. As crianças tinham entre zero e dois anos e eu não teria que fazer papel de monitora e sim de professora. Eu tinha um espaço e um tempo com cada criança onde nós coloríamos, colávamos, cortávamos e fizemos até um delicioso brigadeiro juntos. Foi muito gratificante poder estar com aqueles pequenos. Trabalhei lá durante 3 meses, saí quando eu vi que estagiar 6 horas e estudar não estava dando certo, além de só estar cursando 20 créditos. No quarto semestre resolvi me organizar melhor e voltar para o meu fluxo, alcançar minha turma talvez, tendo aula de manhã, de tarde e de noite. Dei conta de tudo. Apesar de o semestre ter sido tranquilo, todos os meus professores combinaram de fazer um trabalho final bem pesado e o fim do semestre foi agonizante e apressado.

No quarto semestre comecei a fazer o Projeto 3 *Práticas Pedagógicas Inovadoras*, com a Professora Fátima Vidal. Escolhi esse projeto porque eu já conhecia a professora e um pouco da proposta. Na primeira fase nós conhecemos algumas escolas com propostas pedagógicas inovadoras: a Associação Pró Vivendo e Aprendendo e a Casa dos Pássaros em Brasília (esta última que foi a que mais encantou a nossa turma); e a Escola da Ponte, em Portugal. Inclusive tivemos a oportunidade de conhecer e escutar José Pacheco, idealizador e ex-diretor da Escola da Ponte. Na segunda fase do Projeto 3 nós escolhemos um tema para ser trabalhado dentro das escolas. Eu escrevi sobre a adaptação na Vivendo e Aprendendo, o que foi muito esclarecedor para mim.

No meu quinto semestre consegui um estágio na Caixa Econômica, onde tinha tempo para poder ler os textos, fazer os trabalhos e aprender mais um pouco sobre o trabalho social que é realizado dentro da Caixa. Mas infelizmente, com o decorrer do tempo, fui percebendo que não tinha nada a ver com a Pedagogia, e pior ainda, era um trabalho de nível médio, então resolvi que procuraria outro estágio, antes de sair de lá.

Ao acaso, um dia uma amiga soube de uma vaga para Pedagogia em um colégio particular que era do lado da loja da minha madrinha eu estava sentindo que dessa vez ia dar certo. Liguei pra minha mãe e ela me disse que conhecia a coordenadora do colégio e que enviaria meu curriculum a ela; fui

chamada para conhecer a coordenadora, que perguntou se eu poderia começar na segunda feira. Eu estava animadíssima para começar esse estágio remunerado. No início trabalhei com uma turma já quase alfabetizada: as crianças se conheciam, se socializavam e até me ajudaram a entrar no ritmo. No fim do ano a saudade já batia, mesmo sabendo que elas estariam ali na sala ao lado. E no começo de 2013 continuei trabalhando lá, com a mesma professora, com uma turminha de crianças menores, na qual pude participar até setembro de 2013, saindo para embarcar no desafio de me formar dentro da UnB.

No sexto semestre iniciei o Projeto 4 *Práticas Pedagógicas Inovadoras*, com a Professora Alexandra Rodrigues. Dei continuidade ao trabalho na escola anteriormente referida, agora entrelaçando o estágio remunerado com o estágio acadêmico. Já com alguma experiência nessa escola com princípios e práticas educativas bastante tradicionais, tomei a iniciativa de propor dispositivos pedagógicos inovadores. E registrei, em um diário de bordo, um relato dos desafios e experiências vividas.

Agora, na fase 5 desse Projeto, escrevo essa monografia para refletir sobre as minhas experiências ao longo dos estágios, e particularmente, desse último estágio.

INTRODUÇÃO

Escrevo esse trabalho de final de curso porque senti a necessidade de compartilhar os momentos que vivi, como estudante de pedagogia e estagiária, com vontade de mudar o sistema educativo, de mudar o mundo, talvez! Refletir acerca de como os personagens dessa história receberam esse meu esforço e minhas ideias de mudança, alguns positivamente e outros, nem tanto.

A inquietação acerca do papel do estagiário começou bem cedo, quando não aceitei estagiar em algumas escolas que me ofereciam o papel de babá (alimenta, limpa e cuida, mas não educa...afinal, o que será educar?). Posteriormente, diante dos estágios vividos, pude perceber a visão que o sistema tem do estagiário, como ajudante, auxiliar, entre outros.

A descoberta do papel da autonomia no caminho trilhado surgiu no quarto semestre do curso de Pedagogia, quando comecei o Projeto Práticas Pedagógicas Inovadoras, que nos trouxe várias práticas educativas inovadoras. Dentre elas destaco três que me influenciam e encantam até hoje: a Escola da Ponte, a Vivendo e Aprendendo e a Casa dos Pássaros. Aos poucos fomos percebendo como todas essas práticas eram marcadas pela autonomia, e desde então ela se encontra presente em mim e principalmente, ela faz parte da minha identidade de futura pedagoga que tanto almejo.

O tema escolhido perpassou principalmente o meu último estágio remunerado, no qual permaneci durante um ano – que coincidiu com o Projeto 4 Práticas Pedagógicas Inovadoras, estágio curricular obrigatório. Foi lá que eu tive a oportunidade de colocar em prática o que eu vivia dentro da universidade. Na realidade esse estágio fez toda a diferença na visão de educação: eu passei por desafios do dia-a-dia escolar, que me fizeram amadurecer como pessoa e como profissional, conheci pessoas e principalmente crianças maravilhosas que me ensinaram mais do que pude imaginar e percebi claramente o papel institucional do estagiário (não só nessa empresa em particular). A partir daí passei a refletir também sobre minhas

experiências anteriores de estágio remunerado, as quais se tornaram também objeto deste trabalho.

Esse trabalho é de enorme importância pra mim, porque ele traz mais do que minhas experiências, indagações, subjetividades, ele é uma parte de mim que estou expondo para que eu, e todos os que o lerem, possamos refletir sobre as questões que ele contempla.

Para teorizar sobre os temas abordados pretendo trazer a legislação que contempla os estágios, as aulas de que participei durante o curso de pedagogia na UnB, os livros acerca de autonomia escritos pelo José Pacheco e outros autores, bibliografia acerca da educação infantil, leis, diretrizes e propostas curriculares da educação infantil.

O desenvolvimento desse trabalho se deu gradualmente com base nas referências estudadas nas matérias que abordam as temáticas de ensino já citadas. Dentre elas: *Educação Infantil*, ministrada ofertada pela professora Maria de Fátima Guerra de Sousa, Projeto 3 e 4 *Experiências Pedagógicas Inovadoras* com as professoras Fátima Lucília Vidal Rodrigues e Maria Alexandra Militão Rodrigues e *Atividades Lúdicas em Início de Escolarização*, ministrada pelo professor Antônio Villar Marques de Sá. Essas disciplinas do curso me levaram ao caminho que hoje percorro e me deram aporte teórico para que hoje eu escreva esse trabalho.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Refletir sobre o processo de construção da autonomia como estagiária de nível superior na educação infantil e em outros contextos educativos.

Objetivos específicos:

- Refletir acerca do conceito de autonomia no âmbito educativo.
- Identificar, nos referenciais de educação infantil, proposições que apontam para a construção de autonomia com crianças pequenas.
- Analisar o que a legislação propõe acerca do estágio de nível superior.
- Narrar e problematizar questões vivenciadas na condição de estagiária construindo autonomia na educação infantil e em outros ambientes educativos.

CAPÍTULO 1 – AUTONOMIA: UM CONCEITO COMPLEXO

Nesse capítulo busco conceituar a autonomia e evidenciar sua importância na prática do educador, tentando aprofundar a sua complexidade e relações com outros importantes princípios norteadores de uma educação inovadora.

1.1 - O que é autonomia?

O conceito e as práticas de autonomia foram descobertas que fiz só após conhecer o Projeto “Práticas Pedagógicas Inovadoras”. Esse Projeto acadêmico do currículo do Curso de Pedagogia comporta 3 fases (Projeto 3, 4 e 5), que vivi ao longo de 6 semestres. Tem como objetivo fundamental “Vivenciar o processo de construção coletiva e dialógica de experiências educacionais inovadoras no contexto da educação infantil e do ensino fundamental”, e, dentre outros objetivos específicos, “Apropriar-se de concepções teóricas e de dispositivos de trabalho pedagógico responsáveis pela mudança da cultura escolar instituída”.

Ao longo do Projeto fomos aos poucos percebendo que as escolas inovadoras que estudamos tinham a autonomia da criança como grande princípio norteador. Compreender as relações entre autonomia e limite foi o mais difícil, pois me parecia, a princípio, coisas distintas e que não se completavam. Por outro lado, compreendia que a autonomia começa quando aprendemos a falar ou a andar sozinhos e envolve um longo processo de construção. Autonomia parecia-me quase um estilo de vida, e se estimulada desde a infância, ao chegar na fase adulta a pessoa teria mais domínio do seu exercício. Mas, afinal, como alguns autores fortemente vinculados a uma educação libertadora abordam e explicam autonomia?

Segundo Kamii (1984, apud MACHADO, 1991, p. x), “Autonomia significa ser governado por si próprio. É o contrário de heteronomia, que significa ser governado por outrem”. Autonomia seria, de fato, o contrário de heteronomia? Aprendi também que a construção da autonomia envolve um longo processo de mudança. E que, de acordo com José Pacheco (2011), a

autonomia, como princípio norteador da educação, convive com outros princípios, como a solidariedade e a responsabilidade.

Revisitando a obra *Pedagogia da Autonomia* (2010), de Paulo Freire, fui desafiada a considerar a complexidade e as muitas dimensões do conceito de *autonomia*. “Pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações”. (MORIN, 1996). E é por esse motivo que irei tomar a obra de Freire como base de reflexão.

Paulo Freire começa afirmando que de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças; e coloca que a solidariedade é umas das condições para a implementação da autonomia. Nesse livro ele também revisita *Pedagogia do Oprimido* quando afirma que educar não é transferir conteúdo, entrando assim no conceito de educação bancária, mostrando que todos nós somos seres inacabados, que sempre há espaço para aprendermos mais. Nesse sentido, Freire afirma (2011, p. 25): “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Ou seja, somos todos professores e aprendizes. E para que haja aprendizado, o sujeito deve ser considerado em seu contexto social, em sua identidade.

Outro aspecto importante encontrado no livro é uma crítica aos educadores que se dizem democráticos e libertadores e tomam uma postura diferente, face aos seus educandos. “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (FREIRE, 2011, P. 28).

Em seu livro Freire mostra exigências que competem ao professor para uma prática de ensino livre de determinismos, e principalmente democrática e respeitosa, propondo aos professores que usem da autonomia que possuem para estimular a autonomia em seus educandos. O professor deve se colocar no processo de aprendizagem como sujeito crítico, curioso, criativo e inacabado, o professor que nega a criatividade dos seus educandos nega a sua própria criatividade. “Não haveria criatividade sem a curiosidade” (IDEM, IBIDEM, p.33). Autonomia, criatividade e curiosidade são com certeza parceiras inseparáveis.

Afirma Freire que “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (IDEM, IBIDEM, p.30). A pesquisa, como ferramenta de busca da aprendizagem, deve proporcionar ao educando a busca da autonomia nos estudos. “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.” (IDEM, IBIDEM, p. 31). Um dos desafios dos educadores no cotidiano escolar é assumir as suas incertezas, assumir-se como seres inacabados.

Com um olhar voltado para a formação de futuros professores, Paulo Freire discute a importância da prática e principalmente da análise dessa prática para o aperfeiçoamento contínuo da mesma e critica “o puro treinamento do professor” (FREIRE, 2011, p. 42). “Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (IDEM, IBIDEM, P.40.). A construção da autonomia exige, portanto, contínua reflexão.

“O meu respeito de professor à pessoa do educando, à sua curiosidade, à sua timidez [...] exige de mim o cultivo da humildade e da tolerância.” (IDEM, IBIDEM, p. 65). Quando criança, aprendemos que os menores é que têm que respeitar aos mais velhos, até hoje há pessoas que pensam assim. O certo mesmo seria que o respeito fosse recíproco em todas as relações, independente de idade, cor, gênero, escolha sexual e religiosa. A pessoa que espera receber respeito de uma criança deve ao mínimo respeitá-la em suas particularidades, suas limitações, em todos os seus aspectos. Isso é relevante principalmente para a relação professor-aluno, onde o professor deve entender que cada educando tem suas particularidades no processo de aprendizagem, seu tempo, cada pessoa aprende de uma forma e o papel do professor é o de respeitar e saber lidar com as subjetividades encontradas. Esse é o desafio de ser educador:

“É assim que venho tentando ser professor, assumindo minhas convicções, disponível ao saber, sensível à boniteza da prática educativa, instigado por seus desafios que não lhe permitem burocratizar-se, assumindo minhas limitações, acompanhadas sempre

do esforço por superá-las, limitações que não procuro esconder em nome mesmo do respeito que me tenho e tenho aos educandos.” (IDEM, IBIDEM, P. 70)

Quando Paulo Freire coloca que a educação é uma forma de intervenção no mundo, traz a importância de situar-se dentro da cultura, das identidades dos educandos, para que a educação faça sentido para os educandos, para que tenha significado na vida daqueles alunos.

O contraponto mais importante da implementação da autonomia é colocado por Paulo Freire como a necessidade do limite, afinal se não há limites também não há liberdade. A autonomia vai se constituindo na experiência, na tomada de decisões.

Como foi apresentado a partir da obra de Freire, a autonomia é um conceito que envolve múltiplas dimensões. Pacheco (ano) também reconhece que autonomia é um conceito fortemente relacionado a outros, que só pode ser compreendido na sua relação complementar e contraditória com a dependência:

“Autonomia não é um conceito isolado, nem se define em referência ao seu oposto – define-se na contraditória complementaridade com a dependência, no quadro de uma relação social aberta. O conceito de singularidade é-lhe próximo, mas situa-se aquém da autonomia, porque o reconhecimento da singularidade consiste na aceitação das diferenças inter-individuais, enquanto autonomia é o primeiro elemento de compreensão do significado de "sujeito" como complexo individual. Ou, como diria Morin, a componente egocêntrica deste complexo é englobada numa subjetividade comunitária mais larga., porque ser sujeito é ser autónomo, sendo ao mesmo tempo dependente.” (PACHECO, ANO? p.2 e p.3).

Sendo a autonomia o primeiro elemento de compreensão do significado de sujeito na sua individualidade, conforme defende o autor, e envolvendo uma estreita relação com outras dimensões, como será que a educação infantil

percebe esta questão e com ela trabalha no seu cotidiano? É o que iremos abordar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA CONSTRUÇÃO COM AUTONOMIA, CUIDADO E BRINCADEIRA?

Neste capítulo pretendemos apresentar a educação infantil com base na legislação brasileira e também em reflexões acerca da finalidade da mesma, por meio da contribuição de autores da área.

2.1 – Legislação e documentos norteadores

Apresento inicialmente os documentos norteadores da educação infantil, para entender quais os objetivos, diretrizes e principalmente o que se entende por educação infantil na legislação. Os principais documentos oficiais que regem a educação infantil são: a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil de 2006 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem educação infantil como:

“Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.” (BRASIL, 2010, p. 12).

Educar e cuidar constituem, segundo esse documento, as tarefas primordiais da educação infantil. Porém, muitas instituições se isentam ainda do seu papel educativo, oferecendo aquelas crianças que as frequentam apenas os cuidados básicos e necessários como alimentação, higiene, atenção, e deixando de lado a dimensão educativa aliada ao cuidado. Machado

(1991), em seu livro “Pré-escola é não é escola”, que questiona justamente a natureza do trabalho desenvolvido na educação infantil, afirma:

“As instituições voltadas ao atendimento da criança de 0 a 6 anos encontravam sua razão de ser se voltando ao assistencialismo, o puro recreacionismo ou tecnicismo mecânico e não levavam em conta as contribuições dos estudiosos, dos teóricos do desenvolvimento infantil, ignorando as reais necessidades da criança e a forma como seu pensamento evolui.”(MACHADO, 1991, p.133).

Entretanto, observamos que as propostas pedagógicas de Educação Infantil, segundo as Diretrizes Curriculares já mencionadas, devem respeitar os seguintes princípios éticos, políticos e estéticos, respectivamente:

“Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.” (BRASIL, 2010, p. 16).

As Diretrizes Curriculares, nos princípios expostos, colocam em primeiro lugar, literalmente, o respeito à autonomia. Porém, ao conhecer diversas instituições de ensino, ao longo do curso, percebemos que são poucas as que trabalham a autonomia da criança. Com frequência as escolas mascaram a autonomia com pequenos atos, como por exemplo, fazer “combinados” em todas as salas, mas sendo esses impostos pelos professores.

Autonomia, identidade, responsabilidade, sociabilidade, criatividade, ludicidade são dimensões que estão presentes com frequência nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas de educação infantil, inclusive nas que

estagiei, mas na prática elas não são consideradas ou são trabalhadas de forma simplista.

Autonomia, sociabilidade e ludicidade parecem ser algumas das dimensões mais anunciadas e menos consideradas. Segundo as Diretrizes Curriculares, “As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”. (BRASIL, 2010, p.25). Mas na realidade da educação infantil, as brincadeiras e interações sociais mais livres, em geral, só têm vez na hora do recreio, que geralmente dura entre 20 e 40 minutos ao longo do período em que a criança está na escola, contradizendo o que propõem as diretrizes curriculares, o que é lamentável, porque a interação e as brincadeiras proporcionam momentos de aprendizagem rica e significativa. As professoras ainda não conseguem ver esses momentos de brincadeiras como oportunidades educativas para se desenvolver o trabalho pedagógico. Ou em alguns casos a escola chega a ser tão conteudista que “não tem tempo” para as brincadeiras. Em outros casos as brincadeiras são utilizadas para aquietar, acalmar as crianças.

Com frequência o brincar e o aprender constituem práticas que pouco dialogam no espaço escolar: “Essa separação entre brincadeira e aprendizagem parece sem sentido quando falamos de pré-escola, pois, na pré-escola, “se aprende brincando””. (ESTEBAN, 1993, p. 23).

Entretanto, O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil ressalta as relações entre a brincadeira e os processos de aprendizagem:

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. (BRASIL, 1998, p. 23).

A legislação propõe que a aprendizagem seja trabalhada de forma lúdica e significativa com a criança, tornando as brincadeiras pedagogicamente significativas, construindo-se a aprendizagem com a brincadeira. Vale destacar no trecho citado que não se devem excluir os assuntos e os interesses que forem despertados com as brincadeiras, assim como outros resultantes de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. O planejamento prévio não pode deixar que o professor se limite àquilo que está proposto. É preciso que o processo pedagógico flua de acordo com a necessidade, curiosidade e imaginação das crianças. Vale destacar, ainda, a ideia de que devem ser considerados os interesses que as brincadeiras despertarem nas crianças e que as mesmas podem constituir aprendizagens, cabendo ao adulto favorecer a criação de condições para que aprendizagem e brincadeira possam ser parceiras. Entendemos que a fidelidade ao conteúdo não pode ser uma barreira à ludicidade e à criatividade.

Uma outra dimensão valorizada nos documentos oficiais e pouco considerada na educação infantil é o acesso a elementos significativos da cultura:

“A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação.” (BRASIL, 1998, p. 23).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, no trecho citado, enfoca a importância da cultura nos processos de socialização e na formação da identidade das crianças. Identidade essa que dentro das escolas de educação infantil é muitas vezes trabalhada como “conteúdo”, de forma descontextualizada, com tarefas isoladas e sem significado para as crianças (do tipo “desenhe o seu rosto” ou “encontre a letra do seu nome”). Inclusive as

famílias são por vezes convocadas a realizar algumas tarefas com dados e imagens das crianças, tarefas essas que geralmente não são compartilhadas ou socializadas com as outras crianças.

Como percebemos, os documentos norteadores da educação infantil, conforme apontam os documentos consultados, contemplam a integração entre cuidados, brincadeira e aprendizagem em suas múltiplas dimensões, no processo educativo com crianças.

Destaco, a seguir, um trecho que define o que é educar, retirado do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, e que nos dá uma ideia da multidimensionalidade envolvida nesse processo :

“Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.” (BRASIL, 1998, p. 23).

Podemos assim, concluir que a educação infantil envolve diversas dimensões integradoras do cuidado, da brincadeira e da aprendizagem, implicando todo o processo de desenvolvimento das crianças e suas potencialidades de ordem física, sócio-afetiva, ética e estética. Os profissionais da educação infantil têm o trabalho de perceber, no dia-a-dia, cada criança, cada necessidade, cada particularidade e principalmente trabalhar com as crianças da forma que lhes permita aprender e se desenvolver de forma livre, lúdica, significativa e principalmente, prazerosa.

2.2 - Para que a educação infantil?

Pretendo neste tópico trabalhar com os conceitos de educação infantil com base em publicações de estudiosos da área, na tentativa de desvendar como evoluiu a intencionalidade e os objetivos da educação infantil e sua importância na vida de uma criança.

Existem diversas concepções sobre a educação infantil. Pretendemos nesse trabalho ressaltar algumas delas e nos posicionar com relação ao papel da educação infantil no mundo contemporâneo. Esteban (1993) traz um histórico da educação infantil, mostrando que antigamente a pré-escola não era considerada realmente uma escola, mas algo que a antecedia, uma preparação para a escola de fato. A educação infantil seria o espaço aonde a criança ia para conhecer o cotidiano escolar, o novo ambiente social, conhecer a si e os outros, o seu corpo e tudo mais que a escola lhe permitisse aprender. A autora afirma que na pré-escola não havia “conteúdos”, sendo esse então um espaço para “desenvolver hábitos, atitudes, habilidades e comportamentos necessários à sua vida escolar” (ESTABAN, 1993, p. 23).

A autora faz uma crítica a essa educação infantil que considera a criança como “material a ser moldado”, mostrando que a educação deve se dar a partir da experiência, a partir das relações e das brincadeiras e não do conhecimento do professor. Ela afirma que a “vida não é reconhecida como objeto de conhecimento e real articuladora de seu conhecimento sobre o mundo” (IDEM, IBIDEM, p.25). Afirma ainda que os desejos e as curiosidades das crianças são substituídos por práticas “necessárias” a uma “boa aprendizagem”. Algumas dessas práticas são: movimentos e atividades repetitivas com o objetivo de trabalhar coordenação motora fina, tarefas sem significados para a criança, com objetivo de iniciar a alfabetização e outros.

“Tentando adaptar a complexidade do mundo ao que a escola considera pouca capacidade de compreensão da criança, o conhecimento é fragmentado e ordenado, perdendo tanto o seu significado quanto as relações com a realidade concreta. A criança, no entanto, não pede licença para aprender. Constantemente levanta

questões sobre as coisas que observa em seu dia-a-dia: fenômenos, fatos, relações, etc. Avaliando que a criança não é capaz de compreender a explicação correta do fenômeno, tenta-se uma adequação da ciência ao limite e às características do pensamento infantil.” (IDEM, IBIDEM p.26)

Com a escola tratando a criança de tal forma, ao longo dos anos, ela vai perdendo a curiosidade natural de criança, aceitando cada vez mais o cotidiano escolar, onde atualmente o papel do estudante é o de responder aos questionamentos e não de questionar, o que corresponde à “educação bancária” caracterizada por Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987). Uma forma de evitar que a educação oferecida para as crianças seja bancária é trazendo a brincadeira para o cotidiano escolar, como forma de conhecimento do mundo e de construção de significados e afetos.

“A brincadeira é um dos recursos empregados pela criança para conhecer o mundo que a rodeia. Muitas vezes, os temas escolhidos nas brincadeiras são aqueles que a criança necessita aprofundar. Brincando, a criança constrói significados, objetivando a assimilação dos papéis sociais, o entendimento das relações afetivas e a construção do conhecimento. Brincando, a criança tem a possibilidade de assimilar e recriar as experiências vividas pelos adultos, construindo hipóteses sobre o funcionamento da sociedade. Brincando, a criança busca compreender o mundo e as ações humanas com as quais convive no seu cotidiano” (GOMES, 1993, p.123)

A brincadeira, como apontado, possibilita as crianças entenderem a complexidade do mundo em que vivem, é a maneira de as crianças assimilarem as experiências que vivem e recriá-las, desenvolvendo hipóteses sobre o modo de organização e funcionamento da sociedade em que vivem. Percebe-se então que um dos objetivos da educação infantil é proporcionar à criança a descoberta da realidade, o entendimento da vida em si. Como afirma ESTEBAN (1993, p.32) “Aprende-se na vida e para a vida.”.

“A pré-escola torna-se mais um espaço de descoberta sobre a vida. Espaço privilegiado, pois ali se reúnem crianças diversas, com informações, *realidades e curiosidades diferentes, que interagem entre si e com a professora, que também traz suas experiências e conhecimentos acumulados. Juntos constroem novos conhecimentos e se apropriam dos conhecimentos disponíveis.*” (ESTABAN, 1993, p.34).

A educação infantil é um espaço que a criança tem para socialização das experiências, para que com base nas singularidades e conhecimentos do grupo, ocorra uma rede de compartilhamento. Constitui um espaço de aprendizagem mútua, onde os seres, experiências e saberes de cada um se misturam e se complementam. A educação infantil pode servir inclusive para que as crianças possam conhecer a instituição escola, mas não deve ser essa sua finalidade primordial.

Podemos concluir com esse capítulo, que as legislações vigentes que regem a Educação Infantil propõem uma educação inovadora, humanista, onde se percebe o aluno. Em contrapartida, vimos, com base na experiência vivida e compartilhada e principalmente nos estudiosos da Educação Infantil, que na realidade essas leis não se aplicam em todas as salas de aulas de educação infantil.

Conhecer e conviver com crianças da mesma e de outras idades, conhecer a partir da sua curiosidade, a partir da ludicidade, são prioridades importantes. Como afirma Maria Amélia Pereira, criadora da Casa Redonda, uma escola de educação infantil com 30 anos de experiência, preocupada com a educação da sensibilidade,

“As crianças que ainda não sucumbiram ao sistema que vem comprimindo seus movimentos, seja dentro da família, das escolas, nos diversos espaços sociais e na própria cidade onde ela habita, essas crianças sabem do que precisam e nos pedem muito pouco. Elas apenas querem seu lugar, seu habitat, com espaço e tempo suficientes para que brincando possam crer-ser, rodeadas por adultos inteligentes porque

sensíveis, que saibam acolher o mistério da vida que se expressa dentro de cada uma delas.”(PEREIRA,2010)

As palavras de Pereira evidenciam que a educação infantil deve ser um espaço de acolhimento, sensibilidade e brincadeira, aliadas da construção da autonomia na aprendizagem e desenvolvimento da criança.

No próximo capítulo vamos tentar compreender a legislação sobre o estágio no Brasil, e principalmente resgatar alguns autores que nos explicam como se deve dar o estágio dentro de sala de aula, para que possamos, depois, refletir acerca das práticas de estágio vivenciadas na educação infantil.

CAPÍTULO 3 – ESTÁGIO EM NÍVEL SUPERIOR: DA LEGISLAÇÃO ÀS PRÁTICAS

Nesse capítulo pretendo mostrar o que as legislações e a literatura trazem sobre estágio e principalmente sobre o estágio em sala de aula, abordando a visão de alguns autores e a realidade.

3.1 – Legislação acerca do Estágio

“O estágio é um período de estudos práticos para aprendizagem e experiência” (ANNA BIANCHI E ALVARENGA E ROBERTO BIANCHI, 1998, p.16). Parece fácil entender o que é estágio, porém ao longo dos anos o estágio no Brasil foi alvo de várias versões, até chegar ao que é hoje. A lei que regulamenta o estágio é recente e sempre rediscutida. Atualmente existe um projeto de lei para mudar essa lei, que abordarei neste capítulo. O estágio no Brasil ainda tem muito que mudar e melhorar. Procurarei apresentar e discutir neste capítulo o que vem a ser estágio, no contexto atual.

A atual Lei do Estágio, Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008 (ANEXO 1), diz respeito ao estágio em geral, remunerado e obrigatório, e compreende todos os níveis de ensino, do fundamental ao nível superior. Um primeiro questionamento: será que o estágio remunerado e o estágio curricular, ambos com suas singularidades, deveriam ser regidos pela mesma lei?

Essa lei foi revisitada por mim diversas vezes ao longo dos meus três estágios, em vários níveis de aprofundamento, agora como parte deste trabalho.

A lei compreende, além do que pretendo refletir nesse capítulo, toda a regulamentação do estágio, e aborda as obrigações de cada parte envolvida na negociação de um estágio. A própria lei destaca, no artigo 1º, 2º parágrafo, que o objetivo de estágio é a aprendizagem: “O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional” (BRASIL, 2008). O estágio é uma proposta de inserção no mercado de trabalho que deve propiciar ao

estagiário, em primeiro lugar, aprendizagem sobre aquela profissão que ele almeja.

A lei define, igualmente, a questão da supervisão: “O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente” (BRASIL, 2008). Como observamos, o estágio necessita da existência de representantes educacionais, um designado na lei como orientador e outro como supervisor, o que provoca questões complexas de representação e diálogo institucional. Há necessidade de uma comunicação acerca das atividades educacionais, sendo o professor e o supervisor mediadores desse processo, caracterizando o estágio como objeto de estudo e aprendizagem, para a formação de um profissional mais experiente.

Ao longo dos meus três estágios, eu percebi que a supervisão efetiva só é realizada dentro do estágio obrigatório, onde o professor responsável da universidade de fato acompanha e supervisiona o estágio. Já no estágio remunerado acaba não havendo ligação com a instituição de ensino, a não ser pela assinatura do contrato. O que conduz à seguinte questão: o estágio remunerado, com o objetivo de lucro por parte de uma escola particular e de uma empresa intermediária, deveria ter os mesmos objetivos e regulamentação dos estágios acadêmicos obrigatórios? E a instituição de ensino, no caso a universidade pública, terá condições de se comprometer efetivamente com a responsabilidade que assume ao assinar o documento tripartite? Esclareço: O plano de atividades do estagiário é elaborado **em acordo** das 3 (três) partes a que se refere (Brasil, 2008). As três partes envolvidas são: estagiário, instituição de ensino, instituição de estágio.

Na realidade, o plano de atividades já está imposto, mesmo antes de ser decidido quem será o estagiário. Quando procuramos um estágio, geralmente já temos acesso ao plano de atividades para aquela vaga de estágio e a partir daí decidimos se nos “encaixamos” naquele plano de atividades ou não. No papel de estagiários estamos à mercê desse comércio que gira em torno dos estágios: ou aceitamos o plano de trabalho que nos impõem, ou outra pessoa com certeza o aceitará. Não há uma fiscalização

pelas partes que envolvem o estágio. O que nos leva a questionar se a lei de fato nos auxilia durante o período de estágio.

“O estágio, quando visto como uma atividade que pode trazer imensos benefícios para a aprendizagem, para a melhoria do ensino e para o estagiário, no que diz respeito a sua formação, certamente trará resultados positivos.” (BIANCHI, ALVARENGA E BIANCHI, 1998, p.16). Porém, nesse momento, percebo que o estágio remunerado, principalmente o que tem maior duração e mais horas de trabalho, é usado por algumas empresas como mão-de-obra barata, e sem o fim de aprendizagem. Estágios que por vezes nem mesmo cumprem com o plano de atividades.

“Não é possível que para cumprir o estágio, tenham de exercer funções que não sejam condizentes com sua condição de universitários, de futuros administradores, médicos, professores e de tantas outras profissões a que se destinam.” (IDEM, IBIDEM, p.17). Os estagiários não são vistos pelas empresas como futuros profissionais de nível superior, mas são usados como mão-de-obra barata.

Para frear essa condição a que os estagiários de nível superior se submetem, há um projeto de lei tramitando na Câmara **TEM NOME, NÚMERO?** que visa alterar alguns pontos não esclarecidos na lei, como o valor mínimo da bolsa de acordo com o nível de formação do estudante, como já acontece no mercado, o que também iria mudar a realidade, porque a bolsa média, para as vagas de estágio de Pedagogia, é a mesma paga aos estagiários de nível médio. O referido Projeto propõe a obrigatoriedade de 15 minutos de intervalo, para estágios acima de 4 horas por dia, a ampliação do prazo máximo de 2 para 3 anos de estágio, e auxílio refeição. Essas propostas visam humanizar o estágio, e colocá-lo mais próximo à realidade das leis trabalhistas.

Como facilmente se percebe, são muitas as inconsistências que atravessam os processos de estágio, em grande parte pelo fato de sua modalidade acadêmica e remunerada serem regulamentadas da mesma maneira, pelo modo como são definidas as tarefas e pelo tratamento

indiferenciado dado aos estagiários. Mas, como funciona o estágio dentro de sala de aula? É o que iremos abordar a seguir.

3.2 – Expectativas e práticas: o estágio em sala de aula

Existem três concepções históricas construídas acerca do estágio, concepções que se diferem muito uma da outra e entre autores, pois trazem diversas expectativas acerca do estágio. O estágio vem sendo discutido, em relação ao seu teor, se prático, se teórico, ou se os dois devem ser aliados. Pimenta (2012) defende que teoria e prática não podem ser excluídas do estágio, sugerindo que este comporte prática e também teoria. Até mesmo pela sua natureza e objetivos, consideramos especificamente o estágio em licenciatura, que no caso deste trabalho é nosso objeto de reflexão:

“O estágio em licenciatura é muito especial e diferencia-se totalmente daquele destinado aos cursos de Bacharelado, pois se direciona para futuros educadores, que, no Ensino Básico, constituem o alicerce para a formação de profissionais de todas as categorias e, principalmente, daquelas que exigem formação acadêmica.” (BIANCHI, ALVARENGA E BIANCHI, 2005, p.5).

O estágio em sala de aula é muito importante para a formação dos profissionais de educação, pois só as aulas na academia não nos preparam para o desafio que vem a ser estar em sala de aula, no papel de professor.

“Nos estágios dos cursos de formação de professores, compete possibilitar que os futuros professores compreendam a complexidade das práticas institucionais e das ações aí praticadas por seus profissionais como alternativa no preparo para sua inserção profissional.” (PIMENTA, 2012, p.43).

Conforme o autor, o estágio envolve a preparação para a inserção no profissional. Como? Acreditamos que, primeiramente, auxiliando o estagiário a construir sua identidade profissional e também possibilitando experiências práticas, para que futuramente, quando formado, aquele estudante não entre em sala de aula, sem saber como lidar com a realidade educacional, as relações pedagógicas o currículo e as práticas. Pimenta afirma, ainda, que “a

finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma aproximação à realidade na qual atuará.” (p.43). Mas, em que medida o estágio de fato aproxima o estudante à realidade educacional de sua futura profissão?

“Aprender a profissão docente no decorrer do estágio supõe estar atento às particularidades e às interfaces da realidade escolar em sua contextualização na sociedade.” (PIMENTA, 2012, p.111). O estagiário deve ter essa percepção do papel do professor, para que assim, ele possa conhecer, compreender e até mesmo refletir e questionar a realidade que o espera, e quando for assumir o papel do professor, estar preparado para os desafios. “Esse espaço de reflexão propiciado pelo estágio possibilita a superação das dificuldades.” (IDEM, IBIDEM, p.128). Ou pelo menos é o que deveria acontecer...

“O estágio, por excelência, é um lugar de reflexão sobre a construção e o fortalecimento da identidade.” (IDEM, IBIDEM, p.62). Quando no papel de estagiário, um aluno observa a instituição, o cotidiano escolar, os profissionais encontrados e passa a internalizar suas práticas, ficando atento ao que ele concorda e não, refletindo sobre qual profissional ele pretende vir a ser, quando professor em uma instituição. O estágio deve, assim, proporcionar ao educando que conheça a realidade escolar e elabore sua identidade como educador.

“O período de estágio, ainda que transitório, é um exercício de participação, de conquista e de negociação do lugar do estagiário na escola.” (IDEM, IBIDEM, p.116). Os estagiários, ainda que não tendo uma posição de autonomia no estágio atualmente, têm o privilégio de conhecer aquela realidade, e deveriam ter o direito de participar dela, sugerindo, tentando mudar. O estágio é um espaço de tentativa, onde o estagiário deve colocar sua subjetividade no trabalho que está sendo realizado. Mesmo em contextos onde não tem muito espaço para colocar suas ideias, as instituições não podem vetar sua subjetividade, seu jeito de fazer. Mas, será que a realidade da maior parte das escolas confere voz e vez ao estagiário? Como essa autonomia poderá ser conquistada? Esse é o tema que perseguimos neste trabalho.

“Estudar a sala de aula como espaço de conhecimento compartilhado vem se tornando uma necessidade pedagógica indispensável para a compreensão dos processos de ensinar a aprender.” (PIMENTA, 2012, p.156). O trabalho do estagiário é perceber a sala de aula como lugar de interações sociais e construção de conhecimento compartilhado por todos. Nesse sentido, Pimenta propõe que o estágio “[...] seja esse espaço de diálogo e de lições, de descobrir um jeito de caminhar na educação de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos” (IDEM, IBIDEM.p.129).

3.3 – Percepções acerca do estagiário

Wany Sampaio (2008), em seu artigo “Formação e atuação docente: impressões do professor em formação” fez uma pesquisa com acompanhamento de vários estagiários, em exercício dentro de escola, e seus relatórios, e destacou as percepções desses alunos.

Os alunos tiveram a oportunidade de entrar na escola, observaram e viveram o cotidiano escolar em que provavelmente iriam trabalhar em um futuro próximo, e tiveram a oportunidade de se expressar perante tais experiências. Destaco e reflito aqui sobre as experiências que se aproximaram das que eu também vivi em meus estágios.

Em relação aos professores, a impressão dos estagiários estudados foi de que “a atuação dos professores é inadequada para a escola” (AMARAL E BRASILEIRO, 2008, p.38), destacam que os professores têm uma abordagem tradicional. E que a realidade encontrada dentro da universidade, as teorias estudadas, não são aplicadas no contexto das escolas. Na minha experiência, pude perceber ainda que os professores adotam uma abordagem de ensino como única e eficiente, que ao longo dos anos de trabalho sempre a usaram, e não pretendem mudá-la. Essa abordagem pedagógica ainda é colocada como “melhor” do que as que tanto vivenciamos dentro da universidade.

Em relação aos alunos, a entrevista mostrou que os estagiários com motivação para mudar a realidade da escola em que estavam perceberam que aqueles alunos estavam mal acostumados com a realidade da educação

tradicional: “Os alunos estão infectados pela terrível praga do tradicionalismo.” (AMARAL E BRASILEIRO, 2008, p.40). Mesmo com crianças bem pequenas e que em alguns casos estavam vivendo a experiência da escola pela primeira vez, também pude perceber a necessidade que elas têm de que a escola seja como o vivenciado nesse mundo, onde o adulto é superior, e elas lhe devem respeito e obediência só por ser mais velhos.

Em relação à escola, fica claro, inclusive na minha experiência, que “o estagiário é diminuído em sua autoridade na sala de aula: não é visto como um PROFESSOR, mas como um amador, um iniciante.”(IDEM, IBIDEM, p. 41). A escola como instituição não percebe o estagiário como um sujeito com conhecimento, mas sim que está ali em busca dele, quando na realidade o estagiário já possui um imaginário de como ele quer que seja a escola, já tem uma visão de que professor pretende vir a ser quando formado, e principalmente o estagiário já tem alguma clareza do que pretende oferecer aos alunos. Todas essas expectativas e percepções não são geralmente escutadas e nem trabalhadas no espaço de estágio.

“O estagiário, quando recebido nas escolas, é frequentemente visto como um estorvo às rotinas estabelecidas” (PIMENTA, 2012, p.126). Principalmente esse estagiário que tem ansiedades, vontades, que tem uma visão de educação e de profissional da educação.

Se a própria legislação pouco ampara ou favorece a autonomia do estagiário, e as escolas também não estão preparadas para receber profissionais que pensam diferente do projeto proposto, como se constituirá a autonomia do futuro professor? É essa trajetória formativa da autora deste trabalho que iremos apresentar nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Esse trabalho se deu com a união do Projeto 4 Práticas Pedagógicas Inovadoras e a prática de estagiária no contexto escolar, quando, no momento que seria destinado ao estágio curricular obrigatório, me decidi por realizá-lo na instituição onde eu já estava inserida, como estagiária contratada. Mas a escola em que estagiava não me proporcionava experiências condizentes com o que eu estava aprendendo com o Projeto na Universidade. Fui tomando, informalmente, algumas iniciativas e atitudes geradoras de maior autonomia das crianças e de mim mesma como estagiária. Foi então que tomei a iniciativa de elaborar e apresentar à escola o projeto “Estágio Obrigatório: Uma proposta educativa visando a autonomia”.

Como o objetivo do presente trabalho é refletir sobre o processo de construção da autonomia no papel de estagiária de nível superior na educação infantil e em outros contextos educativos, revisei o projeto citado e os diários de bordo que foram escritos ao longo da experiência vivida. Embora outras experiências de estágio sejam revisitadas, é a experiência de estágio remunerado – que coincidiu com o estágio acadêmico curricular – em uma escola de educação infantil, a que é alvo de maior aprofundamento neste trabalho.

4.1 – Revisitando “diários de bordo”

O instrumento utilizado nesta pesquisa foi o diário de bordo. No decurso dos Projetos acadêmicos, todas as experiências de estágio em diversos contextos educativos foram registradas em diários de bordo, agora revisitados para gerar um aprofundamento da reflexão acerca do tema deste trabalho.

O diário de bordo foi para mim uma ferramenta fundamental, ao ponto de poder rever um episódio com outro olhar, refletir acerca dos momentos de erros e acertos.

Barbier (2007) disserta que o diário de bordo ou diário de itinerância, como ele chama, compreende três fases, sendo elas: o “diário-rascunho”, que é o diário no qual o pesquisador pode registrar livremente os acontecimentos, com sua subjetividade, desejos e críticas mais íntimas. Nessa fase o autor do diário tem liberdade de “registrar o que lhe parece importante na sua vida ligada à de outrem” (BARBIER, 2007, p. 138). Na segunda fase, chamada “diário-elaborado”, o autor escolhe recortes que revelem aquilo que ele quer transmitir aos outros. Essa fase reveste-se de um caráter social: não é só mais sua subjetividade e suas impressões que importam, mas uma reflexão acerca das particularidades encontradas no diário de bordo para que aquele escrito, que só tinha significado para o autor, possa ter significado para outras pessoas. E a terceira e última fase, denominada “diário comentado”, é quando se expõe o diário, agora já elaborado para leitores, e não só isso: escuta-se atentamente as sugestões que são agregadas ao diário de bordo, tornando-se assim um processo cíclico de reflexão e auto aprendizagem.

4.2 - Contextualização dos estágios

- **O berçário**

É um berçário particular, localizado em um bairro de classe média alta do Distrito Federal. Atende crianças de 0 a 3 anos.

A coordenação e direção era dividida entre duas pessoas, uma pós-graduada em Psicopedagogia e outra pedagoga que trabalhava no MEC no período contrário ao trabalho no berçário.

Fisicamente o berçário é uma casa adaptada às necessidades de creche, possuindo três salas (de zero a um ano, de um a dois anos e de dois a três anos). Além dessas salas tinha dois quartos para dormir, um espaço para as aulas, dois banheiros adaptados, um parque coberto e um espaço com gramado.

As salas tinha um número de monitoras proporcional ao número de crianças, cerca de 3 ou 4 adultos por sala, dependendo da idade e do número mínimo de crianças por idade.

O diferencial da instituição era fornecer às crianças que lá frequentavam um acompanhamento *pedagógico, fisioterapêutico e odontológico*. A “professora” que fazia o acompanhamento pedagógico, oferecia atividades adaptadas para as idades da criança, a “fisioterapeuta” acompanhava cada criança individualmente duas vezes por semana, uma no banho e outra no espaço para atividades, e a dentista uma vez por mês. Além disso, ainda frequentava semanalmente a escola uma professora de música para os bebês e eram oferecidas por fora aulas de inglês.

As turmas em que estagiei na época foram as de zero a um ano e de um a dois anos. Ambas possuíam três monitoras durante o dia, que acompanhavam e cuidavam das crianças da sala nas atividades diárias da rotina na creche.

As salas eram cobertas com um tatame no chão todo, com tapetes emborrachados grudados nas paredes, possuindo uma televisão em todas as salas, acompanhadas de um aparelho de DVD. Possuíam armários estrategicamente pensados para guardar os produtos de higiene e a bolsa de cada criança. Uma janela dava para o pátio, havia ventiladores de teto e uma prateleira para colocar as mamadeiras com água. No lugar da porta existia um portão de fácil abertura para adultos.

As tarefas que eu realizei nesse estágio eram planejamentos diários, realização de atividades diárias com aquelas crianças e em outros momentos, participação nos cuidados com as crianças.

- **A instituição bancária**

É uma instituição bancária pública, localizada em um bairro de classe média alta do Distrito Federal.

O local onde eu trabalhei era um prédio administrativo do banco, onde funcionava uma gerência que trabalhava principalmente com projetos habitacionais. Lá trabalhavam muitos engenheiros e arquitetos, também tinha a área administrativa e a área social que era onde eu trabalhava, a área social era responsável pelos projetos sociais vinculados aos projetos habitacionais.

Fisicamente era um escritório com várias mesas em L para cada funcionário, que ocupava metade do andar de um prédio de 4 andares. Além do espaço onde se realizava o trabalho tinha uma copa, banheiros, duas salas de reunião e um arquivo.

As tarefas que realizei durante esse estágio foram meramente administrativas, como autuação de documentos e projetos, envio e recebimento de cartas e documentos, organização dos documentos no arquivo.

- **A escola de educação infantil do Estágio Acadêmico obrigatório**

Apresento a escola onde foi realizada o projeto 4 “Estágio Obrigatório: Uma proposta educativa visando a autonomia”:

É uma escola particular, católica, localizada em um bairro de classe média de uma cidade-satélite do Distrito Federal. Atende desde a educação infantil até o ensino médio.

A Escola trabalha em dois grandes eixos: o primeiro abrange a educação infantil e ensino fundamental 1, o segundo abrange o ensino fundamental 2 e o ensino médio. Cada eixo tem sua coordenação, seus professores, estagiários, funcionários, e respectivas coordenações.

A escola é dirigida por irmãos católicos, e possui uma pastoral com a participação de alguns professores, alunos e ex-alunos, que organizam as comemorações religiosas.

Fisicamente a escola também é dividida entre educação infantil, ensino fundamental 1 e ensino fundamental 2, ensino médio. A educação infantil tem

um espaço separado das outras salas de aula, e as outras séries tem salas no pátio ou no segundo andar. A escola possui três quadras para esporte, biblioteca, sala de informática, laboratório de ciências, ginásio, sala de dança, sala de artes marciais, sala de xadrez, sala de música, dois parquinhos e vem investindo em uma piscina.

Na educação infantil e no primeiro ano as turmas contam com uma professora e uma auxiliar estagiária, nas demais séries só a professora.

O Projeto Político Pedagógico da escola mostra que a escola tem a preocupação de diminuir as diferenças sociais, oferecendo bolsas filantrópicas, e propõe uma educação humanitária, com base nos seguintes princípios: justiça, liberdade, fraternidade, solidariedade, igualdade, democracia, participação e respeito às diferenças. Propõe levar os princípios católicos para a educação. Traz um perfil de educando que indica que os educando se espelhem em Jesus Cristo, em sua jornada pessoal .

O PPP afirma a necessidade dos profissionais de educação da instituição acompanharem as novas tendências pedagógicas e estarem sempre em construção de aprendizado. Propõe uma educação significativa e intencional para os educandos. Já antecipando o que será analisado a seguir, posso afirmar que, no que diz respeito à prática pedagógica, nem sempre tudo acontece como o proposto e que falta nesse PPP uma forma de avaliar se ele esta sendo executado da forma esperada.

A turma em que estagiei e que foi revisitada é composta por 21 crianças, sendo treze meninos e oito meninas, com idades entre quatro e cinco anos, sendo que alguns acabaram de completar quatro anos. Cada criança com a sua especificidade, a turma interagindo muito bem socialmente.

A sala de aula é um espaço amplo, colorido, divertido e sempre bem limpo. A sala conta com quatro mesas infantis, adaptada às necessidades das crianças dessa idade. Cada mesa comporta até seis crianças. As mesas em grupo facilitam a interação social. A sala possui um grande armário que, por ser alto, não se torna acessível às crianças; lá estão organizados os materiais das crianças e de uso em sala de aula. Possui também uma parede com pinos para

a organização das mochilas, um quadro branco ao fundo, um tapetinho junto ao quadro para momentos de descontração e brincadeira, uma televisão acompanhada de DVD para sessões de cinema e uma mesa para uso da professora.

O trabalho realizado em sala de aula por minha parte e das outras estagiárias da educação infantil era primeiramente “administrativo”, com foco nas burocracias escolares: organização dos bilhetes, ornamentação diária das agendas, manter a organização da sala e dos armários; e também de tarefas consideradas auxiliares, como levar as crianças a qualquer lugar fora da sala de aula (coordenações, lanchonete, recepção, entre outros), trocar as crianças, acompanhamento em horário de recreação e em outras aulas como educação física, etc. Além disso, sempre que necessário, ajudar a professora nas atividades, nas explicações e participar da resolução de conflitos.

CAPÍTULO 5 – CONSTRUINDO AUTONOMIA NOS PROCESSOS DE ESTÁGIO: PERCALÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E EM OUTROS AMBIENTES EDUCATIVOS

Nesse capítulo pretendemos refletir acerca da construção da minha identidade e autonomia como educadora ao longo do curso de Pedagogia na UnB, trazendo a influência de Projetos 3 e do Projeto 4 (estágio acadêmico), bem como de estágios não obrigatórios e remunerados, nessa construção. Dentre as experiências vividas, aprofundaremos, em especial, a prática de estágio remunerado em uma escola tradicional, coincidente com o Estágio Acadêmico, com base na trajetória vivida. Para que esta reflexão faça sentido, precisamos iniciá-la a partir do início dos Projetos acadêmicos (Projeto 3, fases 1 e 2) que antecedem o estágio (Projeto4), culminando com este trabalho (Projeto 5).

5.1- Refletindo sobre a interação dos projetos acadêmicos com os estágios remunerados

5.1.1 - Projeto 3

Escolhi o Projeto 3 Práticas Pedagógicas Inovadoras, principalmente pela vontade de conhecer melhor a Associação Pró Vivendo e Aprendendo, pois já sabia que o Projeto refletia a respeito. No Projeto 3 fase 1, além da Vivendo e Aprendendo, conhecemos várias outras escolas “alternativas” com propostas parecidas, e para mim e para a turma, ficou a certeza de que existe a possibilidade de mudarmos a educação, que não é só um sonho. O projeto nos mostrou que o nosso sonho de levar ao mundo uma educação mais democrática já foi sonhado por muitos outros educadores e pais e já acontece pertinho da gente e ao redor do mundo todo. Conhecemos projetos como a Escola da Ponte em Portugal, Casa dos Pássaros em Brasília e Amorim Lima em São Paulo, todas elas escolas inovadoras, onde percebo claramente o *respeito* como um dos princípios norteadores. Foi nessa fase do Projeto que conhecemos alguns dispositivos pedagógicos inovadores e como eles são colocados em prática em cada contexto. A partir de então, alguns desses dispositivos já passaram a fazer parte das nossas identidades como educadoras.

A Associação Pró Vivendo e Aprendendo foi o modelo de educação inovadora que mais influenciou na minha visão de futura pedagoga.

No Projeto 3 fase 2, com as propostas das escolas já apresentadas, tivemos a oportunidade de pesquisar uma dimensão mais específica na escola que escolhemos. Alguns dos temas levantados na nossa turma, com base nas experiências vividas esse semestre, foram: alfabetização, violência e diferenças raciais. Entre vários temas que cercam o cotidiano de quem convive no ambiente escolar, escolhi pesquisar como se dava a adaptação das crianças no cotidiano da Vivendo e Aprendendo, durante um semestre, inclusive em documentos e revistas da própria Associação. Afinal, eu tinha acabado de me envolver com uma experiência de estágio onde meu maior obstáculo tinha sido a adaptação de crianças que saíam a primeira vez de casa para a instituição escolar.

5.1.2 - Projeto 4

Durante o Projeto 4, estágio acadêmico obrigatório – que coincidiu com o meu estágio remunerado - tive a oportunidade começar a exercitar dispositivos de um trabalho visando a autonomia das crianças. E posteriormente, de pensar uma proposta que levasse inovação a uma escola tradicional católica. A construção desse projeto foi longa e contínua, com muito cuidado para não ir contra a cultura instituída na escola e inviabilizá-lo logo no início. Elaborei um documento propondo alguns dispositivos pedagógicos (que na realidade já estava ensaiando com as crianças sem o conhecimento “oficial” da escola) inspirados no trabalho desenvolvido na Escola da Ponte e na Vivendo e Aprendendo. O desafio maior era apresentá-lo à escola formalmente, já no final do ano, e colocá-lo em prática no cotidiano na turma que assumiria no ano seguinte, estando no papel de estagiária. Que implicações isso teria na aceitação e desenvolvimento do mesmo? Como seria percebida e recebida a iniciativa de uma estagiária que apresentava uma proposta inovadora? Que credibilidade teria?

5.2 – Revisitando as experiências de estágio

Ao entrar na Universidade de Brasília, ou melhor, após a greve que vivi logo no terceiro dia de aula, eu já estava internalizando a ideia de trabalhar em um estágio, e a compartilhava com minhas colegas de curso. Um dia, ainda no primeiro semestre, durante a hora de almoço o assunto surgiu, e junto comigo estavam uma grande amiga e uma amiga dela que estagiava na Associação Pró Vivendo e Aprendendo e nos apresentou informalmente sua experiência de estágio. Depois desse dia, passei a perguntar e pesquisar mais sobre a Associação e pouco tempo depois descobri que estava acontecendo na Vivendo e Aprendendo uma seleção para estagiários. Logo me inscrevi. Foi a primeira seleção de estágio pela qual passei, que consistia em quatro etapas: observação, produção de um texto, entrevista coletiva e entrevista individual. A observação foi muito rica e surpreendente e, apesar de já ter escutado falar, o fato de presenciar o processo educativo na sua realidade cotidiana, era um impulso para sonhar com uma educação mais humana e respeitosa. Infelizmente, ao final da seleção não fui chamada a participar da escola.

Mas continuei a minha procura. Ao final do primeiro semestre, ainda nas férias, me inscrevi para estagiar em outras escolas, creches e berçários e pude conhecer várias experiências educativas nessa época. Foi então que passei a me questionar sobre o papel do estagiário, quando nesse processo de procura pude perceber que várias instituições vêem o estagiário como mão-de-obra barata e em certas situações até mesmo gratuita. O estagiário assume um papel que não condiz com a formação do educador.

5.2.1 – Primeiro estágio: conhecendo um berçário

Durante minha procura, no segundo semestre da faculdade, me deparei com uma instituição diferenciada. A instituição era um berçário particular, localizado em uma cidade satélite do Distrito Federal. A demanda de crianças era grande, possuindo uma vasta lista de espera. O poder aquisitivo dos pais que colocam os filhos lá era alto. A creche recebia crianças de 4 meses a 3 anos. A proposta da instituição era incentivar aquelas crianças a

serem introduzidas ao universo escolar de forma bem lúdica, por meio de “aulinhas”. Esse era um diferencial que fazia que os pais procurassem a instituição.

A primeira impressão foi empolgante. Saí da entrevista com esperança, mas ainda continuei a busca, afinal a concorrência sempre era grande. Um dia, descobri que tinha sido aceita, e estava sendo convidada a estagiar na instituição de que havia gostado. Eu tinha certeza de que o fato de não ter conseguido anteriormente as vagas às quais tinha concorrido era uma boa coincidência, pois aquele estágio era o que eu estava procurando.

Eu queria muito estar ali, primeiramente para conhecer o que seria provavelmente minha futura profissão, conhecer o espaço escolar. Mas ainda tinha muitas ansiedades e incertezas: será que as crianças iam gostar de mim? Era essa resposta que eu buscava nesse momento. Além disso, também queria poder provar para minha família que eu sabia que tinha escolhido a opção certa, o curso de Pedagogia.

A proposta desse estágio era a seguinte:

Seis horas de trabalho por dia, duas sendo de “atividades” com as crianças, que poderiam ser feitas individualmente ou em pequenos grupos, à medida que fosse sendo construída uma relação mais próxima com elas. Atividades essas que eram elaboradas por mim com autonomia, com base em um caderno de planejamento diário e no planejamento anual da escola. As atividades envolviam o trabalho com coordenação motora, exploração de texturas, experimentação de materiais como giz de cera, pintura com mãos e pés, colagens, etc. As mesmas atividades eram desenvolvidas com as crianças de 4 meses a dois anos. Havia uma preocupação da escola em fazer “muitas” atividades com as crianças, para agradar aos pais.

Durante o estágio, tive dificuldade em lidar com a autonomia que tinha, mesmo tendo liberdade para trabalhar com diversas atividades, e grande possibilidade de fazer um trabalho bem rico com aquelas crianças. Eu oferecia atividades semelhantes às propostas pela professora que me antecederia, seguindo bem à risca o que o planejamento propunha. Com o passar do tempo,

percebi que deveria usar da autonomia que a coordenadora me ofereceu, e a fui sempre consultando sobre as ideias que eu tinha. Nessa época foi muito prazeroso trabalhar com aquelas crianças. Percebia a empolgação delas com as brincadeiras e atividades que fazíamos: tivemos oportunidade de explorar os elementos naturais no espaço da escola e depois fizemos atividades sobre eles, aprendemos a fazer receitas e depois até comemos na hora do lanche. As observações de cinco dias realizadas anteriormente na Vivendo e Aprendendo tinham me fornecido referências significativas para vivenciar o lúdico, propondo e realizando algumas atividades inovadoras com as crianças.

Enquanto passava por um processo de autoavaliação do meu perfil de estagiária, aconteciam outras coisas. O meu trabalho era desenvolvido em duas salas, uma com crianças de zero a um ano e a outra, com crianças entre um e dois anos. Em uma das salas, as monitoras não gostavam de mim e durante uma disputa deixaram claro, em alto e bom som, que inclusive eu nem gostava das crianças da sala delas. O que não condizia com a verdade, pois eu havia criado um vínculo com aquelas crianças, por mais que frequentasse menos a sala delas, visto que eu não pertencia a uma sala em especial. Não aceitei essa afirmação, inclusive fui expor minha opinião à coordenadora, que afirmou que isso seria normal em todas as instituições por onde eu passaria e não poderia fazer nada a respeito. Somente orientou que eu as ignorasse quando elas fizessem algo que me incomodasse.

Embora estes confrontos fossem aparentemente de caráter pessoal, na realidade eu discordava fortemente de práticas observadas na sala das crianças de 1 a 2 anos, como por exemplo, falar muito alto com as elas, apelidá-las, forçá-la a dormir em determinado horário, desrespeitando o ritmo biológico das crianças. Tudo isso me indignava e me fazia questionar acerca do verdadeiro cuidado educativo com crianças tão pequenas.

Segui fingindo que as provocações não existiam, mas com o passar do tempo as demandas do berçário passaram a mudar. A coordenadora queria que eu fizesse outro trabalho, de decoração das agendas e do espaço físico, além das atividades que já realizava diariamente. O mais intrigante era que não havia tempo dentro da instituição para que eu fizesse essas tarefas, então

eu teria que o fazer em casa e muito provavelmente não receberia por aquele trabalho. Juntando com o stress e a dificuldade de final do semestre na UnB, acabei por desistir daquele estágio, que durou três meses. Reprovei em duas disciplinas nesse semestre. Devido ao estágio, eu tinha muito interesse em pesquisar e conhecer novas coisas para levar para lá e pouco interesse nas leituras das disciplinas.

Com essa experiência pude aprender muito. Aquelas crianças me ensinaram a simplicidade de ser feliz. Além disso, aliando essa minha experiência com a universidade, durante o projeto 3 fase 2 tive a oportunidade de pesquisar sobre adaptação, que era um tema muito presente no meu dia-a-dia nessa época. Com base no que estudei acerca da Associação Pró Vivendo e Aprendendo, com a ajuda das professoras do ciclo 1 dessa escola e das leituras das revistas Escrevendo e Aprendendo, pude entender melhor como funciona o processo de adaptação e outras formas de trabalhar nesse período. Pude perceber principalmente que os pais são os principais atores no processo de adaptação das crianças. Os pais e a boa comunicação entre professores e pais, a tranquilidade que a instituição e os educadores transmitem aos pais, que transmitem essa tranquilidade aos filhos. Também em minhas outras experiências percebi que passei a ter mais cuidado e atenção com os pais, nesse momento de receber a criança pela primeira vez e conseqüentemente ter mais êxito na adaptação das crianças.

Em outro momento, já fora do papel de estagiária, durante a disciplina Educação Infantil, cheguei a visitar a instituição e encontrei-a totalmente mudada: fisicamente havia se expandido. Mas em relação ao trabalho pedagógico não gostei do que vi. Nesse momento, as estagiárias da instituição faziam o trabalho de cuidadoras e a parte das atividades que eu fazia, que caracterizava o trabalho pedagógico, ficaria para uma pedagoga. Antes esse trabalho acontecia todos os dias, mas a partir de algum momento entre o dia em que saí e o dia que revisei, passou a acontecer uma vez por semana. A percepção que ficou em mim foi que naquele dia em que visitei a escola, como observadora, as monitoras apenas davam conta das necessidades da rotina da creche (banho, alimentação, etc) de forma totalmente mecânica, sem uma interação lúdica e educativa com as crianças, sem realmente acompanhar e as

suas formas de expressão e o processo de desenvolvimento. Felizmente as crianças, enquanto esperavam ser chamadas para o banho, se viraram e inventavam brincadeiras.

“A brincadeira é um dos recursos empregados pela criança para conhecer o mundo que a rodeia. Muitas vezes, os temas escolhidos nas brincadeiras são aqueles que a criança necessita aprofundar. Brincando, a criança constrói significados, objetivando a assimilação dos papéis sociais, o entendimento das relações afetivas e a construção do conhecimento. Brincando, a criança tem a possibilidade de assimilar e recriar as experiências vividas pelos adultos, construindo hipóteses sobre o funcionamento da sociedade. Brincando, a criança busca compreender o mundo e as ações humanas com as quais convive no seu cotidiano” (GOMES, 1993, p.123)

As brincadeiras que eram inventadas, criadas e recriadas pelas crianças naquela salinha possibilitavam um entendimento do mundo em que elas viviam, aquela brincadeira inventada e de extrema riqueza mas de pouca observação e exploração por parte dos adultos que diariamente conviviam com aquelas crianças era o que tornava aquela rotina corrida de banho, sono, comer e dormir mais agradável e significativa pra crianças de tão pouca idade, que naquele espaço criaram amizades com as outras crianças que as entendiam e participavam juntas das invenções e das histórias vividas nessa brincadeira.

Esse estágio foi bem completo, ele contemplou os aspectos teóricos e práticos do curso de pedagogia, mas acredito que isso se deva ao fato de eu ter vivido muito pouco a universidade nesse momento e tive que fazer um grande processo de pesquisa para conseguir desenvolver a prática, nesse momento eu sempre procurava na internet sobre como trabalhar com essa faixa etária e sempre que tinha oportunidade levava minhas dúvidas e experiências para as disciplinas que estava cursando na UnB. No começo eu não sabia nem como fazer um plano de aula, mas no final senti até liberdade de ajudar e opinar no plano anual da instituição. Quando comecei, nem sabia quais as necessidades de crianças de tão pouca idade, mas aos poucos, em

um processo colaborativo com a universidade, consegui fazer um trabalho bem bacana naquele espaço.

Durante esse estágio percebi que a lei de estágio era bem aplicada pela instituição, que seguia o plano de atividades a risca. Ao final, a coordenadora não tinha conhecimento acerca do meu direito de estagiária de receber férias proporcionais, mas ela procurou se informar e pagou o valor referente.

5.2.2 – Segundo estágio: conhecendo uma instituição bancária

A partir de então foquei na UnB. Não estava mais à procura de um estágio; quando vi um informativo de uma vaga para estágio em um banco na parede da Faculdade de Educação. Fiquei com a ideia na cabeça e uns dias depois enviei meu currículo para o e-mail no cartaz. Eu não sabia muito bem o que faria em um banco e nem depois da explicação não sabia ao certo, mas estava disposta a saber. Participei do processo seletivo e apesar de compreender vagamente quais seriam minhas tarefas, entendi teriam um grande cunho de assistência social envolvendo as ciências sociais, aparentemente. Era uma instituição bancária, não uma agência e sim um escritório administrativo em um prédio em Brasília, ocupando metade do andar do mesmo. A organização do espaço me lembrava filmes sobre empresas multinacionais.

Decidi que iria ficar nesse estágio, porque já havia muito tempo que tinha saído do estágio anterior. O fator financeiro influenciou muito, a bolsa era boa e a quantidade de horas diárias trabalhadas era menor que a do meu antigo estágio. Devido a isso pensei que seria uma experiência para descobrir como seria aliar o novo estágio aos estudos.

Estava fora de Brasília quando recebi um telefonema dizendo que tinha sido escolhida para a vaga. Quando soube fiquei bem feliz, porque já tinha passado muito tempo desde a entrevista e até então não tinha recebido

nenhuma resposta. Logo no começo, adorei a flexibilidade, era perfeito para aliar com a Universidade. Quando o trabalho de fato começou, achei fácil. Aprendi tudo muito rápido e sempre realizava todo o trabalho do dia nas primeiras horas do trabalho, tendo bastante tempo livre, o que me deixava ociosa.

A área em que eu trabalhava dentro do banco era uma área que avaliava projetos sociais vindos de organizações não governamentais, associações e prefeituras. Esses projetos eram constituídos de várias atividades que envolviam uma população geralmente de baixa renda, com a finalidade de conscientizar sobre a manutenção de bens particulares e públicos. O papel do pedagogo era de avaliar se aquelas atividades propostas se adequavam à realidade das pessoas a quem se destinavam e caso não fossem, propor novas atividades. Outro papel importante do Pedagogo dentro dessa empresa era o de acompanhar e fiscalizar se os projetos eram mesmo colocados em prática.

As atividades que eu fazia eram: autuação de processos, cópias e digitalização de documentos, elaboração de tabelas em Excel, execução de atas em reuniões, organização dos arquivos, e outras de cunho semelhante. Tarefas bem administrativas. Quando comecei a me questionar sobre as atividades realizadas, conversando com outras pessoas ao meu redor, percebi que eram as mesmas realizadas em estágios de ensino médio e então passei a procurar outro estágio.

Mesmo tendo contato com os projetos diariamente, as atividades que eu fazia não condiziam com a formação que eu procurava e também não condiziam com o trabalho dos pedagogos lá. O meu trabalho lá era bem diferente, simplista, não existia relação com o pedagógico, inclusive ao sair sugeri que contratassem uma pessoa de outro curso, como administração.

Com essa experiência aprendi muito sobre a instituição, como as coisas funcionavam lá, percebi que tudo era bem pautado nas leis e regras, havia regras e manuais para tudo o que fosse necessário e imaginável. Mesmo havendo os manuais e normativos internos, eles sempre se reuniam para avaliar se aqueles manuais internos atendiam as leis maiores, como os

regimentos do banco central e a constituição. Aprendi muito sobre os projetos sociais, é uma realidade muito particular daquelas pessoas que trabalham ali, mas que faz grande diferença na vida das pessoas que precisam do serviço prestado por aquele setor, não só dos projetos sociais. Mesmo não sendo um trabalho social que lida diretamente com pessoas ele influencia diretamente na vida de várias pessoas que estão envolvidas, que são as pessoas que serão beneficiadas com os projetos sociais, esses projetos unem as pessoas na fiscalização, organização e até mutirões para construção e limpeza das casas onde futuramente elas viverão.

A única ligação que consegui encontrar com a Universidade, justamente no momento em que ainda estava estagiando lá, foi na disciplina Avaliação das Organizações Brasileiras, afinal de contas o trabalho realizado pelo setor era em grande parte de avaliação e nesse momento pude perceber algumas particularidades das Avaliações que acontecem no contexto da educação brasileira.

Esse estágio era de cunho prático. Embora eventualmente me pedissem para pesquisar alguns outros projetos sociais na internet, não havia qualquer cunho teórico ou relação teoria-prática. Era mesmo uma mão-de-obra barata e especializada. Um funcionário para fazer tais atividades sairia muito caro.

Nesse estágio me senti ferida em relação à lei do estágio. Eu sabia que o plano de atividades era muito genérico e não estava sendo cumprido, uma vez que de fato não realizávamos atividades de cunho sociológico, pedagógico e assistencial, mas apenas administrativo. Contudo, eu também sabia que, se reclamasse, corria o risco de perder a vaga.

Foi então que comecei a estudar mais sobre a lei do estágio e as normas internas da instituição sobre estágio. Nesse estudo eu percebi que o que estava acontecendo não era certo, acreditava que estava sofrendo assédio moral porque as normas internas diziam que os estagiários deveriam ser tratados como os outros funcionários, com igualdade; e tudo começava pelo lugar onde eu exercia meu trabalho ser totalmente inadequado as necessidades que eu tinha: o espaço físico era diferente de todos, inclusive dos

outros estagiários, e não era o suficiente para realizar o meu trabalho com conforto. Mesmo sabendo que eu estava compactuando com algo que não era certo, eu precisava daquele estágio, não tinha condições financeiras para deixá-lo, então acabei aceitando. A minha autonomia, nesse sentido, era muito reduzida, praticamente inexistente.

5.2.3 – Terceiro estágio: conhecendo (e tentando mudar) uma escola tradicional de educação infantil

O meu terceiro e último estágio, foi um acaso do destino. Era uma escola em um lugar familiar. Quando consegui a vaga, sabia que ficaria ali por muito tempo. No dia que me chamaram para a entrevista, eu já saí de lá como estagiária. Foi um dia muito feliz, eu estava almejando muito por aquela vaga.

Eu decidi ficar nesse estágio principalmente porque ainda não havia tido nenhuma experiência profissional em uma escola de educação infantil, era um ambiente totalmente novo e desconhecido. Também nunca tinha lidado com aquela faixa etária. Era uma experiência totalmente nova e mais próxima ao que talvez fosse meu futuro profissional. Principalmente percebi nesse estágio uma ótima oportunidade de experiência, para facilitar uma provável chance de trabalhar em outras escolas, futuramente.

Eu desenvolvia vários trabalhos nessa escola, o que me mantinha ocupada, não necessariamente desgastada ou infeliz com isso. Eu mantinha em ordem tarefas cotidianas da sala de aula, como organização de agendas, atividades do livro (que era destacável e tinham de ser destacadas previamente e depois organizadas), atividades do portfólio, cadernos de desenhos e pedagogicamente eu participava do cotidiano escolar e social das crianças.

A maior dificuldade encontrada foi a dicotomia entre a formação pedagógica da professora e a minha, o que causou algumas discussões. A professora defendia uma pedagogia ultrapassada (a qual nem aprendemos mais na Universidade) como sendo a única possível e existente. Como por exemplo, em alfabetização aprendemos na Universidade a importância de se alfabetizar por meio do letramento, que cada criança vivencia um processo

diferente e aprende do seu jeito e no seu tempo. Já a professora acreditava que as crianças só aprenderiam se as letras fossem colocadas com certa cor e em certas fontes, acreditava que o fato de um adulto escrever aquilo que a criança expressa por meio da fala é muito errado, que depois ela não vai lembrar que disse aquilo e vai falar outras coisas aos pais. Ou seja, a professora não enxergava, por exemplo, a importância da relação entre a expressão oral da criança, enquanto desenhava, e uma escuta atenta da professora, anotando seus comentários.

O professor deve se colocar no processo de aprendizagem como sujeito crítico, curioso, criativo e inacabado (FREIRE, 2010). O professor que nega a criatividade dos seus educandos, nega a sua própria criatividade. Mesmo ela não aceitando o que eu tinha de novo para propor, eu aceitei o desafio de continuar tentando mudar aquela realidade.

Aprendi muito com essa experiência, nela pude perceber mais claramente o papel institucional do estagiário, e as demandas e hierarquias existentes dentro do ambiente escolar. Aprendi a lidar com críticas, já que as escutava até de outras estagiárias. Com essa experiência consegui me posicionar frente a um objetivo e correr atrás dele. Aprendi principalmente com aquelas crianças a ser uma pessoa diferente, a sorrir mais e a gostar das pessoas sem querer nada em troca.

No diálogo com essa experiência, estudando e refletindo, fui construindo elementos para elaborar uma proposta que apresentaria ao final do primeiro ano letivo, aliando conhecimentos e reflexões desenvolvidos nos Projetos na Universidade e a experiência do estágio. Assim, propus à escola um Projeto com alguns dispositivos envolvendo práticas pedagógicas inovadoras, que seria desenvolvido no ano seguinte em uma turma com 21 crianças de 4 anos. Foi um grande desafio. Mas eu me sentia preparada, e principalmente ansiosa para colocar em prática aquele trabalho que foi elaborado com tanto zelo e carinho. Foi um período maravilhoso.

Com essa experiência pude aliar a teoria, e não só qualquer teoria - a que me interessava e me despertava dúvidas e anseios - à minha prática na escola, realizando assim um estágio que me agregou conhecimentos e que

proporcionou o desenvolvimento de grande parte da minha concepção de identidade de futura pedagoga. Esse estágio cumpriu com o plano de atividades proposto em contrato em grande parte do tempo, com exceções quando havia a necessidade de atividades fora de sala (organização de depósito, recebimento de material, elaboração de murais), sem cunho pedagógico, mas que não foram a maioria.

5.3– Reflexões acerca do projeto "Estágio Obrigatório: Uma proposta educativa visando a autonomia"

O projeto "Estágio Obrigatório: Uma proposta educativa visando a autonomia" (anexo 2) consistia em levar a essa escola tradicional uma proposta com dispositivos pedagógicos geradores de autonomia, respeito e solidariedade. Houve três momentos nesse processo: o primeiro foi da elaboração do mesmo, um momento de muitos cuidados e mudanças; toda semana revíamos o texto e fazíamos as devidas adequações. O segundo foi o da sua apresentação à escola. E o terceiro, a sua implementação. Irei apresentar e comentar cada um deles.

A proposta consistia primeiramente em ter mais contato com a pedagogia do cotidiano escolar em que já estava inserida, questionar, sugerir e assim aprender com as práticas dos profissionais formados daquela instituição. Uma parte importante consistia em poder participar do planejamento da turma em que eu trabalharia, até com o intuito de aprender mais na prática, já que na UnB só aprendemos acerca de planejamento em uma disciplina ao longo de todo o curso - e esta é uma prática que nos será exigida no cotidiano escolar. E por último, mas não menos importante, apresentar cada um dos dispositivos pedagógicos propostos para aquela turma, com uma explicação acerca de cada um deles e qual seria a sua finalidade no cotidiano escolar. Foram os seguintes os dispositivos propostos, conforme apresentados no projeto (em anexo):

No segundo momento - a apresentação do Projeto à escola - eu estava muito ansiosa e com um pouco de receio. Quando apresentei à

coordenadora, li o projeto e expliquei a ela para que servia cada dispositivo e como poderia ser colocado em prática no contexto da turma de 4 anos, e aos poucos ela foi aceitando a maior parte, com algumas exceções. Assim que ela aprovou fiquei eufórica e ansiosa, passava dias imaginando quem seriam aquelas crianças com que trabalharia aqueles dispositivos, como aconteceria e muitos outros receios. Os dispositivos que foram aceitos foram: os *combinados*, *gostei e não gostei*, *diário de bordo*, *posso ajudar e novidades*. Os que não foram viáveis de serem implantados foram: trabalho com projetos, assembleias, identidade. Apresento, a seguir, todos os dispositivos propostos.

□ **Combinados** - Quando as normas de convivência do cotidiano são elaboradas pelas próprias crianças, elas não têm por que desrespeitá-las, porque foram elas que acharam que aqueles combinados ajudariam a manter um ambiente mais agradável. Os combinados também ajudam na hora de cobrar para criança que ela os respeite. Eles devem estar expostos para que elas possam ver sempre que necessário. É muito importante que eles sejam feitos pelas crianças com o auxílio da professora. Os combinados não excluem as regras, elas fazem parte da vida social, da brincadeira e do espaço escolar. Não é combinado se for imposto.

□ **Gostei/Não gostei** – A meu ver é o dispositivo que mais gera autonomia. Ele ajuda na resolução de conflitos e na formação da identidade de cada criança, é uma forma de expressão verbal que envolve o sentimento da criança. Nessa idade o “não gostei” deve ser mais elaborado, acompanhado da explicação de que não gostou e de outra solução para o conflito.

□ **Projetos** – A escola já elabora muitos projetos ótimos, principalmente recebe muitos elogios dos pais a respeito deles. Gostaria de propor que ao longo do ano seja realizado um projeto que as crianças elejam, assim elas irão se envolver em algo que seja do interesse delas, tendo uma maior assimilação do que será elaborado. Pode ser um trabalho sobre animais,

sobre ciências, a parte mais importante é que quem deve escolher o tema a ser estudado são as crianças.

□ **Diário de bordo** – As crianças teriam um caderno com folhas brancas, e ao fim do dia elas fariam um desenho, uma colagem, colariam um trabalho, um objeto que foi importante durante o dia, em seu diário de bordo, ou caso não seja possível, que seja feito ao final da semana, na sexta feira por exemplo. Assim elas exercitariam a memória e a professora saberia o que foi mais marcante para cada criança ao longo daquela semana, o que para ela teve mais importância ou teve maior assimilação, registrando também, ao longo do ano, a identidade de cada criança em formato de diário.

□ **Assembléia** – A assembléia pode não parecer importante nessa idade, mas de fato pode ajudar muito no cotidiano escolar: ela dá voz às crianças. Nas assembléias podem ser tratados assuntos não cotidianos como, por exemplo, a feira cultural. Elas poderão se posicionar diante da professora e dos colegas em relação a determinado assunto. É aqui que a criança tem certeza de que a opinião dela é respeitada dentro daquele ambiente.

□ **Posso ajudar!** – Não há dúvidas de que quem ensina também aprende e vive-versa. O que propõe esse dispositivo é isso, a criança que já sabe e que se disponibiliza a ajudar as outras que têm mais dificuldade, gera respeito entre as crianças, autonomia por parte da criança que ensina a outra e maior assimilação daquilo que está sendo ensinado.

□ **Identidade** – É um trabalho muito importante dentro da educação infantil, principalmente nas primeiras semanas de aula, e pode ser trabalhada de diversas formas, com jogos, brincadeiras, entre outros. Como eu percebi ao longo desse pouco tempo de trabalho, a família é muito bem recebida dentro da escola e ela se sente bem vinda ali. Então, pretendo

trabalhar a identidade das crianças em conjunto com os pais, trabalhando com fotografias, histórias, envolvendo a entrada dos pais na sala de aula.

□ **Novidades** – A criança poder levar uma novidade para a escola é muito importante, ela leva um pedaço da história, mas não simplesmente leva: ela conta e mostra a importância daquele objeto para as outras crianças. Isso dá voz às crianças, além de incentivar a identidade, e é um ótimo espaço de se trabalhar o respeito. Pode ser trabalhado na hora da entrada, na segunda-feira.

O terceiro momento do Projeto foi o da prática, que será relatado a seguir. Na proposta eu contextualizei os Projetos Acadêmicos realizados na UnB, mostrando que eles foram a base para a criação da proposta, deixei claro que era algo que já fazia parte da minha prática e da minha identidade de futura pedagoga. E propus alguns dispositivos que pareciam mais adaptáveis à realidade daquela escola. Acredito que o fato de a coordenadora já ter trabalhado, embora por um curto período, na Escola associativa onde esses dispositivos eram implementados, influenciou na aceitação da proposta.

5.3.1 - Reflexões sobre o início da implementação do projeto

Após a aprovação de vários dos dispositivos propostos, o primeiro passo seria apresentá-lo às outras estagiárias, que tentariam levá-los para as outras turmas da educação infantil e do primeiro ano. O primeiro desafio foi expor a proposta a elas. Foi bem aceita pela maioria, que inclusive me questionou e teve a curiosidade de conhecer cada dispositivo.

Esse momento foi importante pra mim, foi uma oportunidade que tive de mostrar para elas que o trabalho que eu já vinha fazendo não era bem o que elas imaginavam. As outras estagiárias achavam que eu era folgada e preguiçosa, por deixar as crianças fazerem algumas coisas sozinhas. Este

aspecto merece ser ponderado: em uma escola tradicional, algumas atitudes que favorecem a construção da autonomia das crianças podem ser significadas de maneira equivocada, se a sua intencionalidade pedagógica não for explicitada e compreendida. O segundo momento foi da dificuldade de comunicação, principalmente com as meninas que estagiavam pela manhã. Com uma agenda em cada sala, a comunicação ficou bem mais eficiente. A partir daí pude acompanhar e comparar o que estava acontecendo, principalmente nas duas turmas do pré 1.

Na minha turma o projeto foi bem aceito a principio, enquanto estava apenas no papel. No dia em que levei à sala de aula os diários de bordo que eu teria feito durante as férias para as crianças, a professora questionou, disse que não faria aquilo. Mesmo eu já tendo me proposto a fazer, ela questionou que não haveria tempo para aquilo e eu decidi que, mesmo assim, faria sempre que pudesse. Ao final do tempo que estive lá fizemos 4 vezes o diário de bordo.

Já na turma da manhã estava indo tudo muito bem, estava sendo até bacana, a estagiária sempre relatava que as crianças estavam se dando muito bem com os dispositivos, estavam aceitando-os e usando-os. Nesse momento fiquei muito frustrada, pensando porque seria que eu não estava conseguindo fazer o que me propus. Pouco tempo depois a estagiária que estava na sala do pré 1 da manha saiu, mudou de cargo na escola. E o projeto passou a desandar também na sala dela.

Mesmo a professora da minha sala não aceitando bem o projeto, decidi que eu continuaria tentando ensinar aquelas crianças aqueles dispositivos, como já o havia feito sem o conhecimento da mesma. Isso foi muito bom pra mim como educadora, porque pude perceber que mesmo com os desafios da escola tradicional existem possibilidades de trabalhar de uma maneira bacana, a escola pode te dar uma cartilha de o que você deve ensinar para as crianças, mas nenhuma escola pode dizer ao professor como ele deve ser.

5.3.2 – Implementação dos dispositivos pedagógicos

Relato aqui sucintamente como se deu no cotidiano escolar a implementação dos dispositivos aceitos no “Projeto de Estágio Obrigatório: uma proposta educativa visando à autonomia”. E por que alguns não puderam ser desenvolvidos.

Combinados: Foram aceitos para ser implementado na turma juntamente com a professora, como “geralmente já acontecia” todos os anos e inclusive já estava previsto no planejamento da professora para a primeira semana de aula. Como a coordenadora havia me dito que essa era uma prática que já existia na escola, me ofereci para ajudar, primeiramente explicando para a professora a diferença entre combinados e regras, já que trabalhava com ela há seis meses e não a vivenciei “combinando” nada com as crianças. Apresentando o projeto a ela, destaquei a parte que mais me interessava, que era justamente a dos combinados.

Algum tempo depois e não na primeira semana como estava previsto, a professora trouxe impresso, com desenhos lindos e em papel colorido que ela plastificou (para ter uma vida útil mais longa), os combinados daquela turma, nenhum deles combinado com as crianças. Então acredito que esse foi um ponto negativo, porque o conceito dos combinados não foi entendido e foi utilizado erroneamente, sendo que foram apresentadas regras com o nome de combinados.

Gostei/Não gostei: Esse dispositivo foi aceito para acontecer não só na turma em que eu trabalhava, mas sim em toda a educação infantil. Seria uma nova forma de lidar com os problemas de brigas entre as crianças, ensinando elas a se expressarem usando a voz e não a agressão física. Porém só foi implementado na minha turma e por mim, onde com êxito em pouco tempo pude perceber que as crianças se expressavam entre elas nos momentos onde algo que não lhes agradava acontecia. No começo fiquei meio apreensiva, pois elas não usavam as palavrinhas *gostei* e *não gostei*, mas aos poucos parei de ficar focada em observar só isso, percebendo que esse combinado pode e deve ir muito além da expressão verbal *gostei* e *não gostei*.

O objetivo principal dele é dar voz às crianças em um mundo que o espaço delas é cada vez menor.

Projetos – A proposta não foi aceita, muitos encaminhamentos já tinham sido feitos e o dos projetos da escola era um deles. Os projetos que acontecem ao longo do ano já tinham sido definidas, as temáticas também, por isso eu não poderia interferir muito nisso. A coordenadora me sugeriu que eu propusesse um projeto de literatura, visto que estavam precisando renovar o projeto que já acontecia anteriormente, mas a professora teve uma ideia de projeto literário bem interessante aonde os pais iam até a escola participar de um momento de leitura com as crianças que foi muito bem sucedido.

Diário de bordo – Como já disse antes, várias coisas a respeito do ano letivo que viria já tinham sido encaminhadas, uma delas a lista de materiais que os pais teriam que comprar. Por esse motivo, para que pudesse trabalhar com as crianças o diário de bordo, eu teria que improvisar com os materiais que tinha na escola, então eu fiz o material com papel colorido e encadernamos lá mesmo.

A proposta era que uma vez por semana, nas sextas feiras no final da aula, eu trabalharia com eles esse diário, onde eles teriam um espaço para se expressarem livremente sobre o que sentiram, aprenderam, gostaram daquela semana na escola. Como eles ainda não sabiam escrever, senti a necessidade de escrever o que eles estavam dizendo que desenharam ali. A professora não concordou com a minha prática, pois segundo ela na “pedagogia” não podemos rasurar o desenho das crianças, mas insisti fazendo. Trabalhamos com o diário de bordo cerca de cinco vezes, o que foi pouco, mas foi uma experiência muito rica. (Alguns recortes dos diários de bordo em anexo 3).

Assembleia – A coordenadora não aceitou que fizéssemos assembleias porque achava que as crianças eram pequenas demais e que isso demandaria um tempo que não tínhamos.

Posso Ajudar! – Esse também era um dos dispositivos que eram para acontecer em todas as turmas da educação infantil, mas acabou acontecendo de fato só no meu dia-a-dia. As crianças da minha sala estavam sempre

dispostas a ajudar, inclusive às vezes isso era um motivo de briga entre elas, mas que sempre era resolvido pela mediação dos adultos (eu e a professora). Entre eles a ajuda acontecia mais discretamente, mas foi doce e sereno perceber um lindo momento que uma amiga, com aquele jeitinho meio bravo dela, ensinava a outra como escrevia o nome e que primeiro ela tinha que aprender a primeira letra do nome.

Era encantador ver que as crianças que aprendiam algo antes que os outros amigos não se sentiam as melhores e sim dispostas a ajudar os outros. No tempo em que vivi lá as próprias crianças tentavam o tempo todo se ensinar a como amarrar os sapatos.

Identidade – Esse também já era um trabalho realizado pela escola e que demandaria bastante esforço se fosse ser reestruturado, por isso não foi aceito.

Novidades – Como já percebido, o tempo era meio escasso, por isso ficou combinado que o dia das “novidades” seria o dia em que eles já traziam brinquedos de casa. Foi aceito, mas na prática acabou não funcionando e se tornando o clássico dia do brinquedo, como sempre fora naquela escola.

Com base nessa minha última experiência e nessa minha última turma, abordarei alguns episódios vivenciados em sala de aula para poder refletir, a partir deles, acerca de como se deu o processo de construção de autonomia, como foram sendo assimilados os dispositivos propostos e os desafios vividos nessa experiência. Os episódios foram escolhidos para atender essa demanda.

5.3.3 - Apresentação e comentários de alguns episódios

Vou apresentar e comentar alguns episódios do meu cotidiano (após a apresentação e aceitação pela coordenadora do projeto de autonomia) em sala de aula, com a turma já descrita, no contexto do último estágio citado no parágrafo anterior. Pretendo trazer episódios que mostram as relações que

envolvem os seguintes princípios: respeito, autonomia e solidariedade. Escolhi esses recortes porque eles abordam questões que me interessam refletir e levantar questionamentos.

1. Qual é a hora de aprender?

Durante a roda inicial, a Heloísa me pediu para que eu amarrasse o sapato dela, e ao invés disso resolvi lhe ensinar. Quando ela entendeu como funcionava o processo de amarrar os sapatos, naturalmente, ela quis ficar tentando, desamarrando e amarrando diversas vezes o sapato, e me mostrando. Ela não estava mais concentrada no que acontecia na roda. Mesmo quando eu lhe pedi para prestar atenção porque a professora estava explicando algo, ela não teve interesse e continuou a amarrar e desamarrar o sapato. A professora colocou o nome dela no quadro, na “nuvenzinzinha do parque”, indicativa de quem não vai ao parque.

Diante do entusiasmo com um novo aprendizado, as crianças ficam empolgadas: diante de um novo conhecimento de seu interesse, elas querem naquele momento apreciar tudo o que aquele novo conhecimento mobiliza e proporciona. Diante de tal ocorrido, a professora poderia ter incentivado a aluna a fazer aquilo em outro momento ou envolvido a turma no assunto. Eu percebo que o que o José Pacheco (data) sempre afirma acontece na escola nessas situações: quando a criança é punida por se entusiasmar com um novo conhecimento, ela tem receio em demonstrar em outro momento que gostou de aprender algo e que quer aprender mais sobre aquele assunto. José Pacheco afirma que essa escola, do modo que é hoje, tolhe a criatividade, a autonomia e o entusiasmo da criança perante a aprendizagem.

2. Sala de Neném

Ao longo de uma tarde, o Kauã ficava meio cansado, com sono, com saudade dos pais, dengoso. Ele ainda tinha três anos, então eu lhe dei colo, a professora logo mandou que eu o tirasse do colo, disse que não tinha neném na nossa sala.

Diante de uma necessidade normal de adaptação ao ambiente escolar e a novas pessoas que a criança conhece há pouco tempo, o papel do professor é de proporcionar conforto e segurança aos alunos. E não como ocorreu nesse episódio, diminuindo o aluno, colocando que aquela necessidade dele seria a mesma de um neném. Para crianças nessa faixa

etária ser chamado de neném é um grande insulto, eles sempre gostam de afirmar o quanto são grandes e autônomos.

3. Combinados x Regras

*Durante a sexta semana a professora **trouxe** para a turma os “combinados”. São eles:*

Olhos atentos

Mãos junto ao corpo

Zíper na Boca

Pernas Cruzadas

Ouvidos atentos

No começo do ano, apresentei à professora o projeto que aqui já foi exposto, e deixei bem esclarecido o que seriam "combinados" e o que seriam regras; e também que combinados não excluem regras. Nesse dia fiquei me perguntando se era de propósito que a professora tinha levado os seus “combinados”. Além de levar regras nomeadas de combinados, as regras eram inviáveis para crianças de tal idade e para crianças mais velhas também. Regras são imprescindíveis no cotidiano escolar, os combinados não as excluem, mas para um ambiente mais agradável e respeitoso, os combinados podem e devem ser um grande aliado da professora, pois conferem à criança responsabilidade sobre suas próprias decisões. Além de contribuírem para a construção da autonomia individual e grupal.

4. Combinando de verdade

Na sexta semana eu fiz com a turma o primeiro combinado, nós estávamos (só eu e as crianças) na sala e eu não estava satisfeita com a ida e a volta do parquinho, porque eles saíam correndo no meio da escola e já haviam chegado até reclamações, então comecei perguntando:

EU: gente, o que não tá sendo legal no parque?

Gabriela: A porta do castelinho sempre machuca tia!

Eu: Que tal se deixarmos ela só aberta?

Kauã: NÃO!

EU: Então a gente pode abrir ela só pro lado de fora?

Turma: NÃO!

EU: então vamos fazer uma votação.

Fizemos uma contagem e a maioria da turma decidiu que a porta do castelinho só ficaria aberta, que não precisava fechar. O combinado funcionou muito bem nas idas ao parquinho e até o último dia em que estive lá não houve mais problemas.

O combinado dá sentido e significado às regras sociais para as crianças. As crianças passam a perceber que aquela “regra” que elas criaram é pra melhorar a brincadeira, para evitar coisas que as crianças e as professoras não querem que aconteçam. Todas as crianças sabem que não querem se machucar. Quando sabem também o que elas podem fazer para não se machucar, elas gostam e participam daquele combinado.

5. De quem é a culpa?

Na décima primeira semana veio um bilhete de casa, na agenda da Ana, dizendo que ela não tinha mais interesse em fazer as tarefas de casa, questionando como era em sala de aula. A professora disse que a culpa era da aluna, que só bagunçava.

Nesse dia percebi as relações sociais que existem entre professor e um aluno que traz “problemas” para o professor. Nesse caso a professora não pode perceber as particularidades daquela criança. Exposta a uma crítica à sua prática, logo culpou a parte mais fraca da relação, no caso a criança, desresponsabilizando-se como educadora.

5.3.4- Encaminhamentos

Após a experiência vivida, tive várias percepções acerca das dificuldades e consequências do projeto. Irei trazer minhas novas percepções em relação ao que os personagens da escola me proporcionavam após a apresentação e diante da tentativa de implementação do projeto:

Coordenadora: Foi a responsável pela aceitação do projeto, foi a única pessoa a quem eu tive que pedir permissão para “agir” de tal forma dentro da sala de aula. Tive grande apoio dela nessa fase. Porém, quando fui colocar em prática, não tive muito o apoio dela, acredito que devido as grandes demandas

que ela tinha que cumprir, sua sala sempre estava com algum professor, pai ou aluno.

Professora da sala: A professora da sala onde eu trabalhava foi com certeza meu maior desafio, porque ela acreditava em outras formas de ensinar e educar as crianças. Nós tínhamos uma relação de amizade antes da aprovação do meu projeto, não sei se realmente tinha um motivo para a não aceitação dela, mas já trabalhávamos juntas e nos dávamos muito bem e mesmo antes da elaboração do projeto eu já conversava com ela sobre minhas experiências, sobre minha percepção de educação, meu curso dentro da Universidade de Brasília. Me parece que, quando colocado na prática, minhas ideias divergiam muito das dela. Aos poucos eu ia procurando um meio termo, como continuar trabalhando com o que eu acreditava sem ferir os princípios dela, já que estava me aceitando não só como uma estagiária mais dentro da sala dela, intervindo muito mais do que alguém interviu na prática dela. Acho que o maior medo não era minha prática em si, mas sim uma crítica ao trabalho dela, já que éramos tão diferentes.

Outras estagiárias: A primeira impressão foi que a coordenadora me achava melhor do que elas, por ter aceito tamanha ousadia e intromissão no cotidiano escolar. Elas conversaram com a coordenadora a respeito disso. A segunda, a qual elas mesmas comentavam ao longo dos dias, era de que ensinar as crianças a se limpar ao invés de limpar era porque eu tinha preguiça de limpá-las. Ensiná-las a arrumar suas coisas dentro da mochila era desculpa para não ter que eu mesma de arrumá-las. Por vezes eu era chamada de doida por permitir a uma criança que fosse até o banheiro sozinha.

Como apontado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998), educar implica propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens que possam contribuir para o desenvolvimento pleno da criança e sua autonomia, para que ela aprenda a ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho pude perceber a influência dos projetos acadêmicos e dos estágios na minha formação, como educadora que hoje sou. Os projetos foram incentivadores dessa procura pela autonomia, e as experiências de estágio foram meios de tentar exercer essa autonomia. Quando conheci de fato a autonomia, sabia que queria aquilo pra mim. Até hoje ainda não sei lidar muito bem com a autonomia que tenho, mas foi como estagiária que passei a ensaiar essa autonomia no meu percurso profissional. No papel de estagiária não há muito espaço para exercitar autonomia ou para criar uma identidade educadora, mas os projetos me encorajaram a procurar pequenas brechas para poder exercitar não só minha autonomia, mas também meu pouco conhecimento sobre a autonomia, levando-a então para um espaço onde antes ela não existia. Ou melhor, onde ela era anunciada, mas não acontecia de fato. Ou seja, existiam propostas que influenciavam os professores a trabalhar a autonomia em sala de aula, mas essa era mascarada por alguns dispositivos que não geravam autonomia e até confundiam as crianças.

Durante a leitura da legislação brasileira percebi que a autonomia existe dentro das propostas para a educação infantil, e não só existe como é um dos principais pontos a serem trabalhados nessa faixa etária. Em contrapartida, percebi pela experiência vivida, e principalmente com a ajuda da literatura acerca da educação infantil, que essa autonomia não acontece dentro das salas de aulas, que crianças nessa faixa etária são consideradas incapazes de exercer sua autonomia de modo satisfatório. Por vezes o tempo que elas levam para realizar uma ação, sozinhas, faz com que os professores optem por fazer eles mesmos, ao invés de se adaptar ao tempo da criança.

Durante a análise da legislação acerca do estágio percebi que as empresas que estagiei eram conhecedoras da lei. Mesmo não a aplicando de maneira adequada, as empresas realizam ações para evitar possíveis processos, como, por exemplo, o controle de horas trabalhadas. Se um estagiário passa a trabalhar mais de 6 horas por dia ele tem por direito receber

como um funcionário de mesmo nível de instrução, então percebe-se que as empresas só usam a parte da lei que lhes interessa, deixando a parte que convém ao estagiário por vezes de lado.

Re-olhar, reler, revisitar essas experiências que vivi ao longo do meu curso dentro da Universidade me fez enxergar algo que na correria dos dias agitados dentro de sala de aula não se pode perceber: uma prática que foi enraizada dentro de mim, com a convivência com pessoas de uma enorme sensibilidade para a educação, um cuidado que antes não existia. Uma nova forma que surgiu no meu cotidiano de resolver aquele problema que sempre voltava a acontecer, um novo jeitinho de enxergar aquela criança que sempre chora quando vem para a escola, ou um novo eu que resolveu viver parte da vida daquelas crianças e as entender da forma que elas são e não da forma que são vistas por nós adultos. Me fez voltar a ser mais criança e a ser mais sensível aos choros, risadas, gritos, mordidas e todos os meios de se expressar que só uma criança pode usar sem ser julgada (ou não).

Ao longo do projeto e das experiências de estágio pude me constituir como educadora que hoje sou. O projeto Práticas Pedagógicas Inovadoras teve o papel principal de apresentação da autonomia nessa minha trajetória, afinal antes dele não sabia lidar, muito menos em quais espaços eu poderia exercer minha autonomia. Após conhecer a autonomia dentro da Universidade é que pude coloca-la em prática, encontrar espaços e aberturas no papel de estagiária para exercer minha autonomia no intuito de levar também um pouco de autonomia para as crianças que conviviam comigo.

Com essa experiência pude perceber como é difícil tentar levar a mudança para um lugar onde as práticas já estão “engessadas”, como os profissionais, talvez não só da educação, já se acostumaram com a rotina de trabalho, com a *facilidade* dessa mesma rotina. E não só professores que praticam a profissão com essa mesma rotina anos a fio, mas também outras estagiárias que estão entrando na profissão, assim como eu, se mostraram

resistentes a mudanças no ambiente escolar, a uma sala de aula diferente. A pessoa que tenta fazer diferente dentro da escola é vista com outros olhos, nem sempre todos são bons olhares.

O profissional que está disposto a entrar na educação com o intuito de mudar tem que ter uma grande força de vontade e principalmente um grande escudo contra as críticas, escudo esse que pode ser conquistado por meio do estudo, da pesquisa e do conhecimento acerca do próprio trabalho. O professor que está disposto a mudar deve confiar no próprio trabalho e na mudança que ele propõe.

Eu desejo para os futuros estudantes de Pedagogia que passem por experiências de estágio em primeiro lugar coragem, para exercerem suas subjetividades dentro de seus estágios. Que esses estudantes levem às escolas a educação libertadora que tanto ouvimos, falamos e estudamos dentro de Universidade de Brasília, que percebam seus alunos como muito mais do que apenas educandos, e sim como pessoas que têm muito a expressar.

Espero que a lei de estágio seja votada, e principalmente que passe a realmente ser executada plenamente pelas empresas por onde passam estagiários. Espero que as empresas saibam valorizar a comunicação que um estágio possibilita com a Universidade, pois ao longo do curso, quando ainda somos estudantes, que os jovens se sentem desejosos para exercer essa profissão, as empresas deveriam se aproveitar dessa comunicação. Espero um estágio mais justo para as partes que se envolvem.

Pude perceber que na escola tradicional, há várias iniciativas de autonomia. Mas pude perceber que a autonomia não acontece de fato. Os combinados existem, em todas as salas, mas eles já vêm prontos, eles na realidade não são combinados com os alunos, são regras.

Após toda essa trajetória pude perceber a criança de outra forma, de um jeito mais humano e igualitário, pude então enxergar as subjetividades encontradas na sala de aula. A Universidade, os Projetos Acadêmicos e as

Experiências vividas fizeram de mim uma pessoa melhor, uma profissional mais completa e principalmente uma estudante eterna, sempre em busca de novos conhecimentos e novas práticas.

PROJETO PROFISSIONAL

Hoje espero muito ansiosa por estar em uma sala de aula com crianças, não importa a cidade e quem serão as crianças, quantos anos vão ter. O que importa de verdade é que elas estejam dispostas a compartilhar comigo essas experiências que conheci e vivi ao longo dos Projetos.

Ao fim da licenciatura de Pedagogia pretendo fazer o concurso da Secretaria de Educação, com preferência pela educação infantil, e caso não dê certo, procurarei trabalhar em um colégio particular próximo a minha casa na área de educação infantil. Pretendo trabalhar com a autonomia e a identidade.

Nos estudos, primeiramente tenho a perspectiva de fazer uma pós-graduação em área ainda não escolhida, que venha a aumentar meu conhecimento acerca da realidade profissional. Na vida, pretendo me estabelecer financeiramente, conquistar meus espaços, crescer como pessoa. Pretendo ainda futuramente me casar e ter filhos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- BARBIER, R. *A Pesquisa-Ação*. Brasília: Liber Livro Editora Ltda, 2007, 157 páginas, Série Pesquisa volume 3.
- BARON, S. Incluindo algo a mais na conversa sobre a pré-escola. In, GARCIA, R. (Org.) *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez Editora, 1993, 167 páginas.
- BIANCHI, A., ALVARENGA, M. e BIANCHI, R. *Manual de orientação: Estágio supervisionado*. São Paulo: Editora Pioneira, 1998, 101 páginas.
- BIANCHI, A., ALVARENGA, M. e BIANCHI, R. *Orientação para estágio em licenciatura*. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2005, 99 páginas.
- BRASIL, *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília, 2010, 40 páginas.
- BRASIL, *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. Brasília, 2006, Volumes 1 e 2.
- BRASIL, *Indicadores de qualidade na educação infantil*. Brasília, 2009, Volumes 1, 2 e 3.
- BRASIL, *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Brasília, 2008.
- ESTEBAN, M. Jogos de encaixe: educar ou formatar desde a pré-escola? In, GARCIA, R. (Org.) *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez Editora, 1993, 167 páginas.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra Ltda, 2011, 143 páginas.
- GOMES, D. Caminhando com arte na pré-escola. In, GARCIA, R. (Org.) *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez Editora, 1993, 167 páginas.
- HENRIQUES, E. O debate Piaget/Vygotsky: uma contribuição para a questão do conhecimento na pré-escola. In, GARCIA, R. (Org.) *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez Editora, 1993, 167 páginas.
- MACHADO, M. *Pré-escola é não é escola – a busca de um caminho*. Brasil: Editora Paz e Terra S/A, 1991, 167 páginas.
- OIVEIRA, Z., MELLO, A., VITÓRIA, T. e FERREIRA, M. *Creches: Crianças, Faz de conta & cia*. 2ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1992, 128 páginas.

PACHECO, J., *Dicionário de valores*. Editora SM Ltda.

PEREIRA, Maria Amélia. *A criança é um aprendiz nato*. Site da Aliança para a infância:

<http://www.aliancapelainfancia.org.br/biblioteca/textos/detalhe.asp?nt=32>.

PIMENTA, S. e LIMA, M. *Estágio e docência*. 7ª edição. Brasil: Cortez Editora, 2012, 296 páginas, Coleção docência em formação. – Série saberes pedagógicos.

PIMENTA, S. *O estágio na formação de professores: Unidade teoria e prática?* São Paulo: Editora Cortez, 1994, 199 páginas.

SAMPAIO, W. Formação e atuação docente: impressões do professor em formação. In, *Formação docente e estratégias de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura*. Porto Velho: Editora Edufro, 2008, 234 páginas. Volume 1.

ANEXO 1

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular

estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

[§ 1º](#) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

.....

[§ 3º](#) O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

.....

[§ 7º](#) Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 82.](#) Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as [Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977](#), e [8.859, de 23 de março de 1994](#), o [parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), e o [art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001](#).

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187^o da Independência e 120^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

ANEXO 2

Projeto de Estágio Obrigatório:

Uma proposta educativa visando à autonomia

Ao longo dos dois semestres anteriores estudei com as professoras Maria Alexandra Rodrigues e Fátima Vidal, da Faculdade de Educação/UnB, acerca de práticas pedagógicas inovadoras, como por exemplo, a *Escola da Ponte* fundada por José Pacheco em Portugal e a *Vivendo e Aprendendo*, em Brasília, e tive ainda a oportunidade de conhecer outras práticas pedagógicas com enfoque na autonomia do educando. Agora, nessa fase, pretendo colocar em prática tudo o que aprendi durante esse período, com o objetivo de construir uma identidade da pedagoga que almejo, trazendo para o colégio alguns dispositivos pedagógicos que contribuam para a construção da autonomia no cotidiano dos educandos.

Meu interesse é levar algumas ideias simples não só para a sala de aula, mas, também para o diálogo pedagógico que tenho com a equipe escolar. Em primeiro lugar gostaria de deixar claro que tenho como objetivo respeitar e manter a metodologia adotada pela escola, não passando por cima de nenhuma norma ou preceito. Por isso passo a expor esse projeto.

Gostaria de esclarecer que já venho utilizando alguns dos dispositivos que serão apresentados, em minha prática diária colaborativa, mas gostaria de poder participar mais ativamente da prática pedagógica da escola, ajudando nos planejamentos feitos pela professora, e assim, além de aprender muito com a prática dela, auxiliá-la com a minha colaboração. Devo desde já esclarecer que a proposta a que venho apresentar não irá interferir no conteúdo abordado em sala de aula e sim na sua abordagem. Pelo fato de estarmos perto do fim do ano, comecei levando para essa turma, e principalmente para a professora, apenas um dispositivo, o “não gostei”. Escolhi esse dispositivo porque as crianças se envolvem em conflitos e estão sempre recorrendo ao adulto para resolvê-los; o dispositivo "não gostei" mostra para as crianças que elas também têm voz, que são respeitadas se respeitarem, além de gerar a autonomia na resolução de conflitos,

e mostra para a professora que apenas um incentivo à autonomia poderá mudar substancialmente no nosso cotidiano.

Logo a seguir às férias das crianças, pretendo dialogar com a equipe pedagógica e a professora, por meio de textos, vídeos e se for possível levando a professora em um dos ambientes escolares onde a autonomia já se encontra mais presente, para que haja uma familiarização com os dispositivos pedagógicos. Pretendo também, nesse período, auxiliá-la nos planos para a turma que será recebida, para que possamos nos organizar melhor no nosso cotidiano para o próximo ano letivo.

Ao receber as crianças pretendo desenvolver, junto com a professora, novos dispositivos (que serão listados abaixo), os que sejam mais viáveis tanto para a professora, quanto para a coordenação e direção, gerando autonomia para aquela turma desde o primeiro dia de aula.

Alguns dispositivos que podem gerar maior autonomia no processo educativo, ao serem implementados progressivamente e por meio de um trabalho colaborativo com a professora da turma e com as próprias crianças:

- **Combinados** - Quando as regras do cotidiano são elaboradas pelas próprias crianças elas não têm por que desrespeitá-las, porque foram elas que acharam que aquela regra ajudaria a manter um ambiente mais agradável. Os combinados também ajudam na hora de cobrar para criança que ela os respeite. Eles devem estar expostos para que elas possam ver sempre que necessário. É muito importante que eles sejam feitos pelas crianças com o auxílio da professora. Os combinados não excluem as regras, elas fazem parte da vida social, da brincadeira e do espaço escolar. Não é combinado se for imposto.
- **Gostei/Não gostei** – A meu ver é o dispositivo que mais gera autonomia. Ele ajuda na resolução de conflitos e na formação da identidade de cada criança, é uma forma de expressão verbal que envolve o sentimento da criança. Nessa idade o “não gostei” deve ser mais elaborado, acompanhado da explicação de que não gostou e de outra solução para o conflito.

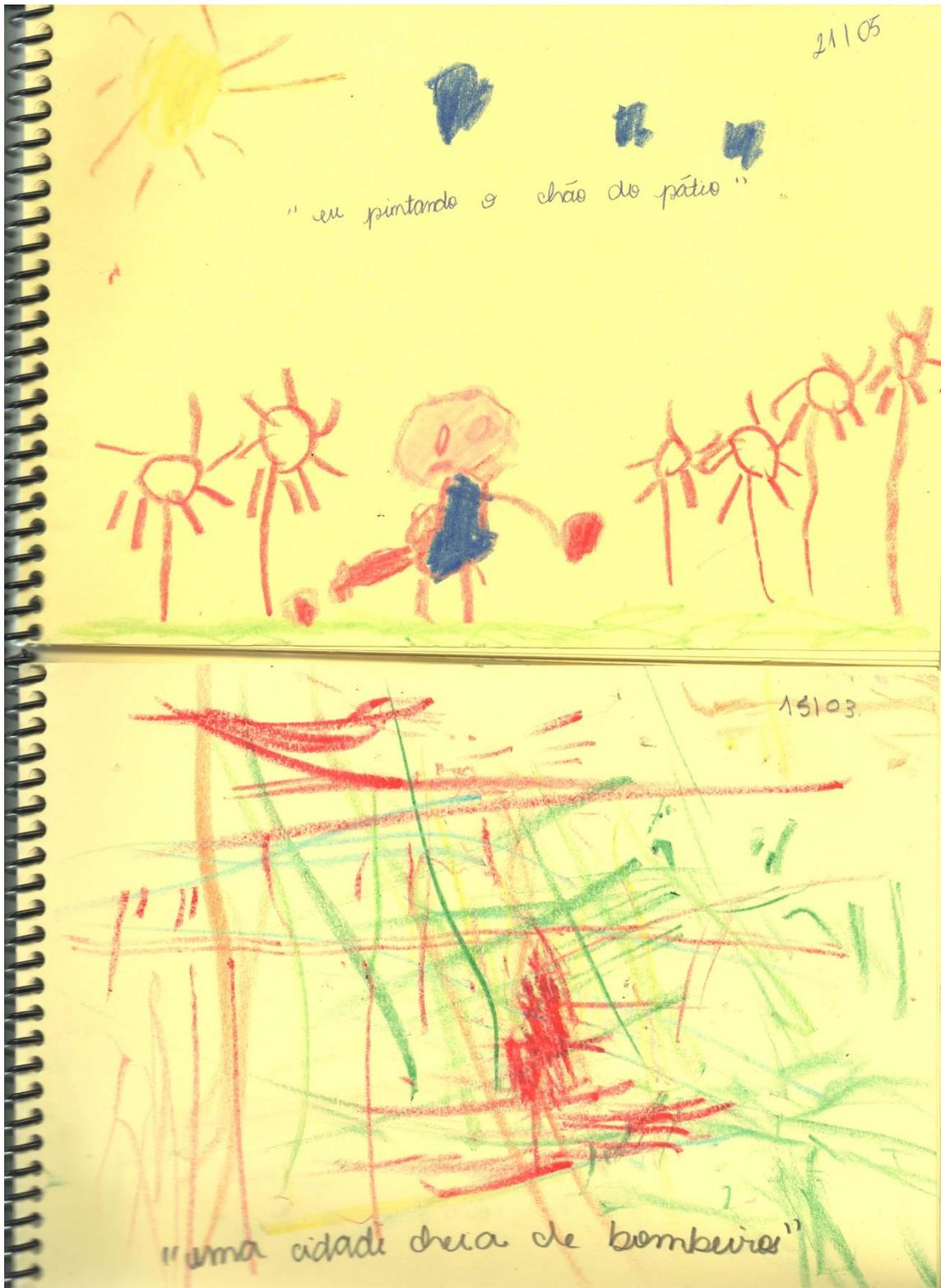
- **Projetos** – A escola já elabora muitos projetos ótimos, principalmente recebe muitos elogios dos pais a respeito deles. Gostaria de propor que ao longo do ano seja realizado um projeto que as crianças elejam, assim elas irão se envolver em algo que seja do interesse delas, tendo uma maior assimilação do que será elaborado. Pode ser um trabalho sobre animais, sobre ciências, a parte mais importante é que quem deve escolher o tema a ser estudado são as crianças.
- **Diário de bordo** – As crianças teriam um caderno com folhas brancas, e ao fim do dia elas fariam um desenho, uma colagem, colaria um trabalho, um objeto que foi importante durante o dia em seu diário de bordo, ou caso não seja possível que seja feito ao fim da semana, na sexta feira por exemplo. Assim elas exercitariam a memória e a professora saberia o que foi ficou para cada criança ao longo daquela semana, o que para ela teve mais importância ou teve maior assimilação, traçando também ao longo do ano a identidade de cada criança em formato de diário.
- **Assembléia** – A assembléia pode não parecer importantes nessa idade, mas de fato pode ajudar muito no cotidiano escolar: ela dá voz às crianças. Nas assembléias podem ser tratados assuntos não cotidianos como, por exemplo, a feira cultural, elas poderão se posicionar diante da professora e dos colegas em relação a determinado assunto. É aqui que a criança tem certeza de que a opinião dela é respeitada dentro daquele ambiente.
- **Posso ajudar!** – Não há dúvidas de que ensina também aprende. O que propõe esse dispositivo é isso, a criança que já sabe e que se disponibilizam a ajudar as outras que têm mais dificuldade, gera respeito entre as crianças, autonomia pela parte da criança que ensina a outra e maior assimilação daquilo que está sendo ensinado.
- **Identidade** – É um trabalho muito importante dentro da educação infantil, principalmente nas primeiras semanas de aula, e pode ser trabalhada de diversas formas, com jogos, brincadeiras, entre outros. Como eu percebi ao longo desse pouco tempo de trabalho, a família é muito bem recebida dentro da escola e ela se sente bem vinda ali, então pretendo trabalhar a autonomia das crianças em conjunto com os pais delas, trabalhando com fotografias, histórias, a entrada dos pais na sala de aula.

- **Novidades** – A criança poder levar uma novidade para a escola é muito importante, ela leva um pedaço da história, mas não simplesmente leva: ela conta e mostra a importância daquele objeto para as outras crianças, isso dá voz às crianças, além de incentivar a identidade, e é um ótimo espaço de se trabalhar o respeito. Pode ser trabalhado na hora da entrada, na segunda feira.

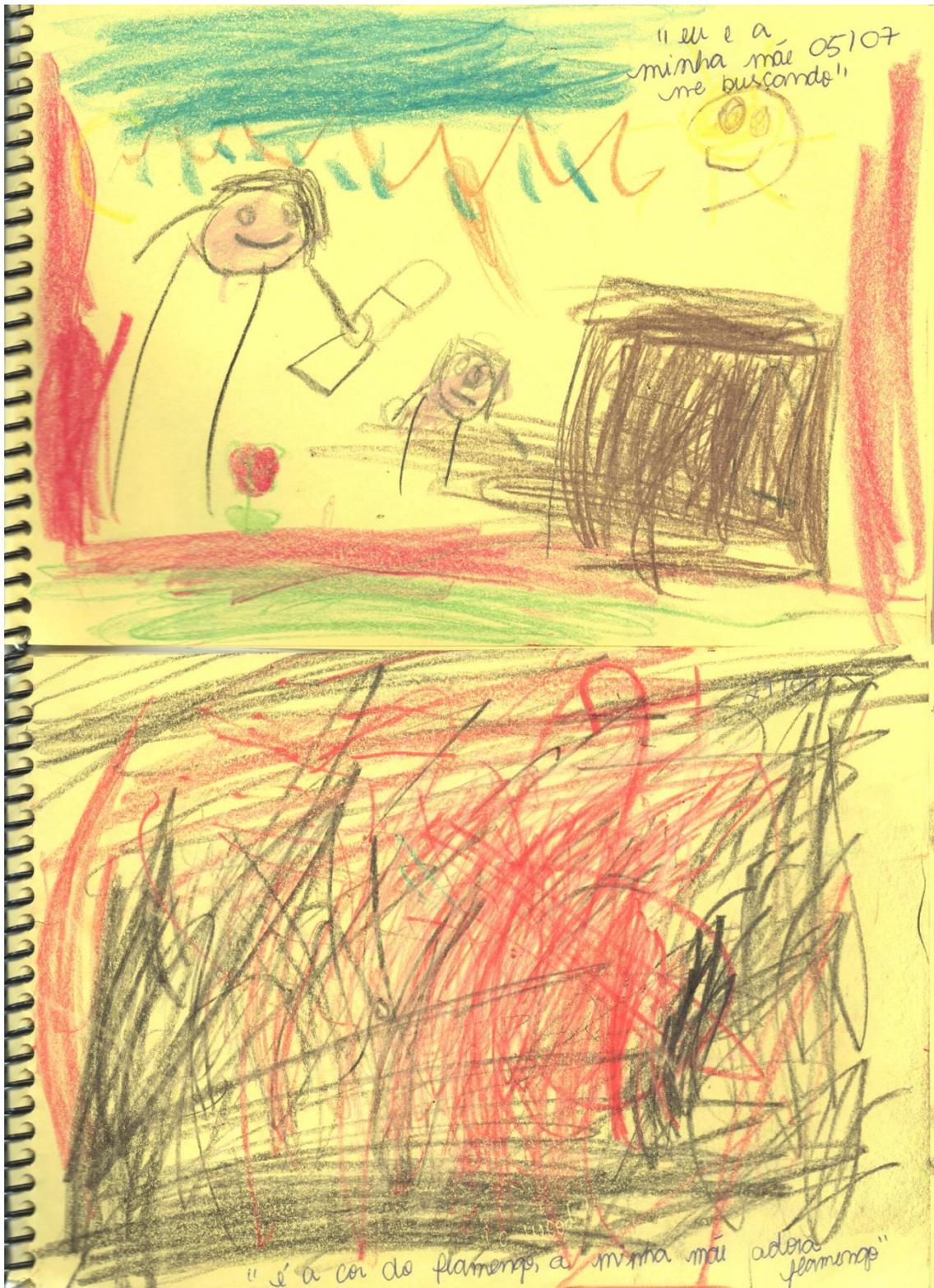
Por fim gostaria de explicar que esse trabalho deve ser feito gradualmente. Alguns dispositivos poderão ser implementados inicialmente, mas de acordo com as necessidades poderão aparecer mais uma ou outra tática de se trabalhar a autonomia. A autonomia dentro da escola permite que a criança seja vista como indivíduo, permite que se sinta parte da escola, que entenda qual o seu papel dentro daquele ambiente. A criança se torna coparticipante do processo de construção do aprendizado, aprendizado esse que deve ser construído na sala de aula, no parque, em casa. Os pais têm grande importância na construção desse projeto, porque eles devem incentivar a autonomia dentro de casa. E, principalmente, esse é um trabalho que envolve toda a equipe escolar, como o processo educativo em si.

ANEXO 3











05107

"eu não clube com meu cachorrinho"



05107

"eu vou entrar de férias e ir pra fazenda"